



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
COLEGIADO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

ROSEANE CARNEIRO DE SOUZA
MANOEL MARTINS DA SILVA JÚNIOR

**A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO COURO NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE IPIRÁ/BA**

183

JACOBINA, BAHIA
2007

183

ROSEANE CARNEIRO DE SOUZA
MANOEL MARTINS DA SILVA JÚNIOR

**A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO COURO NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE IPIRÁ/BA**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura
Plena em Geografia do Departamento de Ciências
Humanas da Universidade do Estado da Bahia -
Campus VI, Jacobina, Bahia, como requisito à
obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Ms. Edvaldo Hilário dos Santos

JACOBINA, BAHIA
2007

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV, JACOBINA, BAHIA

ROSEANE CARNEIRO DE SOUZA
MANOEL MARTINS DA SILVA JÚNIOR

**A IMPORTÂNCIA DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO COURO NO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DE IPIRÁ/BA**

Monografia de Graduação submetida ao Colegiado de Geografia, Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do Grau de Licenciatura em Geografia.

Aprovado por:

Edvaldo Hilário dos Santos, Ms (UNEB/DCH-4)
Orientador

Jacy Bandeira, Esp. (UNEB/DCH-4)
Examinadora Interna

Professor ..., Titulação (Instituição/Departamento)
Examinador Externo

JACOBINA, BAHIA
28 / agosto / 2007

[Ficha Catalográfica]

SOUZA, Roseane Carneiro de. SILVA JÚNIOR, Manoel Martins da.

A importância da industrialização do couro no desenvolvimento local de Ipirá / Roseane Carneiro de Souza e Manoel Martins da Silva Júnior – Jacobina – BA: UNEB, 2007. 71 fls.

Monografia (graduação) - Universidade do Estado da Bahia.
Curso de Licenciatura Plena em Geografia. Jacobina – BA – BR,
2007. Orientador: SANTOS, Edvaldo Hilário dos Santos.

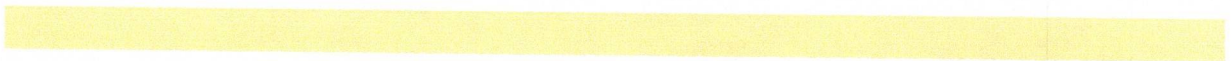
1. Industrialização 2. Desenvolvimento Local 3. Iniciativas Locais

É concedida à Universidade do estado da Bahia a permissão para reproduzir cópias desta monografia, emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva outros direitos de publicação, e nenhuma parte deste Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Licenciatura em Geografia pode ser reproduzida sem autorização por escrito dos autores.

Roseane Carneiro de Souza

Manoel Martins da Silva Júnior

*À nossa família,
que é a base do nosso viver.*



AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos dá força e coragem para enfrentar os obstáculos encontrados durante todo o nosso caminho trilhado,

A nossa família, por estarem sempre presentes, nos dando carinho, atenção, amor,

Ao meu pai, Antonio Carneiro, que não mediu esforços nas vezes em que solicitei seu auxílio,

A minha irmã Roberta Carneiro, por ser meu braço forte, e ter me ajudado o tempo todo,

Ao meu namorado, pela paciência nas vezes em que estive ausente e nos momentos em que eu estava acarretada,

Aos nossos colegas de trabalho pela compreensão,

Aos nossos companheiros de viagem,

Ao professor Edvaldo por nos orientarem através de seu profissionalismo, dedicação, disponibilidade, e principalmente pelo incentivo,

À professora Jacy Bandeira pela contribuição com conhecimentos, profissionalismo, disponibilidade, na orientação da disciplina Metodologia da Pesquisa I,

A todos os nossos professores do curso, que de alguma forma contribuíram para a realização desse trabalho,

A cada de um de nossos colegas graduandos, que através do companheirismo e da compreensão nos fortaleceram para seguir em frente,

A nossa colega Joelma Paixão, pelo coleguismo, e amizade, nos ajudando sempre que possível,

A todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que nós pudéssemos vencer os desafios encontrados durante a realização do Curso de Licenciatura Plena e Geografia e a elaboração deste trabalho.

A todos, muito obrigado!

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a atuação das indústrias do couro no desenvolvimento local no município de Ipirá. Adotamos como principal elemento de análise a quantidade de micro-empresas de artefatos de couro existentes, que vem gerando emprego e rentabilidade para o município. Para tanto, fizemos uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa em campo, para uma melhor visualização e compreensão do dinamismo do processo produtivo do couro e sua atuação no desenvolvimento local. Desta forma, correlacionamos conhecimentos teóricos com dados coletados nas pesquisas documentais e em pesquisa de campo no município, a fim de alcançar os objetivos desta pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Local; Indústria do couro; Iniciativa Local; Geração de emprego e renda.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Vista da Serra do Monte Alto.....	38
Figura 02 – Localização Geográfica do município de Ipirá no Estado da Bahia... 41	
Figura 03 – Trechos do Rio do Peixe	54
Figura 04 – Dejetos do curtume de couro azul.....	55
Figura 05 – Represa de água do curtimento do couro azul.....	55
Figura 06 – Canal que dá acesso ao Rio do Peixe	56
Figura 07 – Curtume de caprino e ovino no Povoado Rio do Peixe/Ipirá-BA	61
Figura 08 – Curtume de gado bovino no Povoado Malhador/Ipirá-BA	61
Figura 09 – Curtume de couro azul no Povoado Malhador/Ipirá-BA	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Taxas anuais médias do crescimento da indústria

brasileira (em %), 1966-1973 19

LISTA DE SIGLAS

AICSUL	Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul
COOAMA	Cooperativa Artesanal do Malhador
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Ibge	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICM	Imposto sobre a circulação de Mercadorias
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IPI	Imposto sobre a Produção Industrial
PSF	Posto de Saúde Familiar
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Crescimento da população urbana e rural de Ipirá, 1991-2000.....	42
Tabela 02 – Taxa média geométrica de crescimento anual das populações, urbana e rural de Ipirá, 1991-2000.....	42
Tabela 03 – Números de rebanhos efetivos da Pecuária no município, Ipirá em 2005	43
Tabela 04 – PIB <i>Per Capita</i> de Ipirá, Bahia, 1999-2004.....	43
Tabela 05 – Valor Adicionado e PIB a Preços Correntes da BA, Ipirá em 1999 e 2004 ...	44
Tabela 06 – PIB <i>Per Capita</i> de Ipirá/ Itaberaba e Pintadas – 1999-2004	44
Tabela 07 – IDH_M de Ipirá / Itaberaba e Pintadas – 1991-2000	45
Tabela 08 – Índice de Desenvolvimento social, segundo seus componentes de Ipirá/ Itaberaba e Pintadas – 2000.....	45
Tabela 09 – Renda mensal dos proprietários das micro-empresas de artefatos de couro de Ipirá-BA	48
Tabela 10 – Renda mensal das micro-empresas de artefatos de couro de Ipirá-BA.....	48
Tabela 11 – Escolaridade dos moradores dos Povoados do Rio do Peixe e Malhador/ Ipirá-BA.....	51
Tabela 12 – Renda mensal dos proprietários das micro-empresas de artefatos de couro do município e dos moradores dos Povoados do Rio do Peixe e Malhador/ Ipirá-BA	52
Tabela 13 – Avaliação da qualidade dos serviços sociais oferecidos aos moradores dos Povoados do Rio do Peixe e Malhador/ Ipirá-BA.....	52
Tabela 14 – Avaliação dos moradores dos Povoados de Malhador e Rio do Peixe quanto à melhoria da qualidade de vida dos mesmos e do município.....	53

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E ORIGEM DA INDÚSTRIA DO COURO 15	
1.1 A indústria do couro no Brasil	20
2. CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL	24
2.1 Conceituação	24
2.2 Relações entre pequena empresa e Desenvolvimento Local	32
2.2.1 Vantagens e desvantagens da pequena empresa.....	34
2.2.2 Da capacidade de geração de empregos da pequena empresa	35
3. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPIRÁ/BAHIA	37
3.1 Histórico do município.....	37
3.2 Localização e caracterização.....	40
3.3 Indicadores sócio-demográficos	42
3.4 Indicadores sócio-econômicos	43
4. A INDÚSTRIA DO COURO E SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ/BA	46
4.1 Atividade industrial do Couro em Ipirá	46
4.2 Perfil das micro-empresas de artefatos de couro e sua participação no desenvolvimento local do município	47
4.3 Inclusão Social.....	51
4.4 Utilização dos recursos naturais como fonte de renda e sua preservação .	53
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICES	61

INTRODUÇÃO

O processo de desenvolvimento local é um dos conceitos da Geografia que tenta explicar a dinâmica dos fenômenos existentes em determinadas localidades, que através de iniciativas inovadoras conseguem driblar os efeitos da conjuntura do padrão de acumulação atual. Esse padrão que tem por finalidade o crescimento econômico em detrimento do desenvolvimento social, favorecendo a interesses capitalistas de um pequeno número de atores econômicos, vem diminuindo gradualmente a qualidade de vida da sociedade.

Diante das transformações ocorridas no cenário mundial, a partir do processo de globalização, especialmente com a criação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) na década de 90, novas alternativas surgem como forma diminuir as disparidades existentes entre crescimento econômico e desenvolvimento social. A partir daí, o território local se configura como espaço construído por cada habitante, permitindo-lhe uma participação ativa através do trabalho e ação social, desencadeando caminhos para combater a pobreza, promover maior inclusão equidade social e gerar oportunidades de trabalho e renda.

Neste trabalho ensejou-se explicar de que forma o processo de industrialização do couro está influenciando direta e indiretamente no desenvolvimento local de Ipirá-Ba, visando compreender as relações existentes nestes processos, bem como identificar os fatores que contribuíram para o desenvolvimento da indústria do couro neste município.

A principal atividade econômica do município de Ipirá é a pecuária, dividida em gado leiteiro e de corte, sendo que uma grande quantidade de matéria-prima dessa atividade, "o couro", é destinada a fabricação de artesanatos e produtos industrializados, tais como, bolsas, cintos, carteiras, entre outros, que são vendidos no comércio local e para outras regiões do Brasil.

Com o surgimento desta atividade econômica, a industrialização do couro, promoveu o desenvolvimento no município de Ipirá, através do crescimento considerável de ofertas de emprego assalariado, o qual tem influenciado a

população, especialmente os jovens, a buscarem cada vez mais especializações neste ramo, para se enquadrarem aos padrões exigidos pela lógica global.

Além de atrair cada vez mais, pequenos investidores através de micro créditos cedidos por bancos e projetos do SEBRAE, ocasionando um aumento de pequenas indústrias, cujo seus produtos são vendidos localmente e para outras cidades da Bahia e regiões do Brasil, aumentando a renda do município, e projetando-o na economia estadual através de suas relações comerciais.

Diante disso, o desenvolvimento desta pesquisa contribuiu para compreender que a industrialização do couro tem contribuído na melhoria da qualidade de vida dos habitantes do município de Ipirá, bem como os dados obtidos através desta, poderá ser utilizado pela sociedade deste município, em atividades escolares e pesquisas bibliográficas, e na elaboração de projetos que podem ser desenvolvidos pelas autoridades locais e a sociedade civil para potencializar o Desenvolvimento Local.

A pesquisa exploratória desenvolvida apoiou-se no método hipotético-dedutivo, visando um melhor entendimento do fenômeno a partir do todo, recorrendo às abordagens qualitativas e quantitativas, para compreender a relação de causa-efeito dos processos que envolvem o objeto de estudo.

Os procedimentos utilizados para obtenção das informações foram: levantamento bibliográfico, o qual permitiu a identificação dos múltiplos olhares sobre o tema; a análise de documentos do SEBRAE, SEI, IBGE e Câmara de Vereadores; e a pesquisa em campo com os envolvidos nesse processo, que vislumbrou maior profundidade da temática, uma vez que permitiu a identificação dos fatores que contribuíram para o surgimento desta atividade econômica – industrialização do couro, bem como os benefícios advindos desta.

Enquanto instrumento para a coleta de dados utilizou-se de questionários, formulários e entrevistas informais com pessoas que estão sendo influenciados direta e indiretamente no processo e o registro fotográfico para ilustrar tal pesquisa. Na aplicação dos questionários optou-se pela amostragem aleatória simples de 5 % do universo pesquisado, além de entrevistas semi-estruturadas com 18 micro-empresários, bem como, autoridades públicas do município, envolvendo o Prefeito municipal, Secretário de Meio Ambiente, ex-Secretária da Indústria e Comércio.

Na estruturação do presente trabalho, optou-se por abordar no primeiro capítulo um breve histórico sobre a industrialização brasileira, com enfoque na

origem da indústria do couro no Brasil. A segunda parte esboça algumas considerações sobre Desenvolvimento Local, salientando a importância da atuação das pequenas empresas na produção desse processo. A terceira parte apresenta o histórico da cidade de Ipirá, desde o seu povoamento e a caracterização do município. A quarta parte esboça o surgimento da comercialização do couro em Ipirá/BA, apresentando e analisando os resultados das atividades de campo, bem como a confirmação das hipóteses elencadas no transcorrer da investigação. E por fim, sugere caminhos para potencializar o Desenvolvimento Local, através de cooperativas e associações, como forma de incluir os menos favorecidos no processo global "perverso e excludente".

1. INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E ORIGEM DA INDÚSTRIA DO COURO

Abordar sobre o processo histórico da industrialização brasileira é preciso fazer um breve panorama desde o período colonial, onde as atividades industriais desenvolvidas no Brasil tinham caráter estritamente acessório e secundário no conjunto da economia, pois não interessava à metrópole a ocorrência de indústrias na colônia, proibindo assim qualquer tipo de manufaturas.

Vários empecilhos dificultaram o desenvolvimento da indústria no Brasil durante o período colonial. O regime escravista, vigente desde a montagem do sistema colonial, que dificultava o crescimento de consumidores ativos e a concorrência britânica a partir de acordos feitos entre Portugal e os países europeus, exceto a França, como a abertura dos portos brasileiros em 1808, além do contingente populacional predominantemente rural, não estimulou uma efetiva industrialização.

Sobre este ponto de vista Sônia Mendonça afirma que:

Apesar desse quadro pouco favorável à industrialização, algumas manufaturas conseguiram florescer, sobretudo no ramo dos tecidos. Foi o caso da primeira tecelagem do Rio de Janeiro, criada em 1819; de uma outra, em Minas Gerais, fundada no ano de 1824; além da “primeira fábrica regular de fiação e tecidos de algodão fundada em Pernambuco logo depois da Independência”, como assinalou um relatório apresentado pela Comissão de Inquérito Industrial em 1882. (MENDONÇA, 2004, p.14)

A partir de 1850, houve um maior dinamismo na industrialização brasileira. Com o fim do tráfico de africanos para o Brasil, determinado pela Lei Eusébio de Queirós, inúmeros capitais investidos na compra de escravos, foram desviados para outras atividades, tais como, serviços urbanos, bancos e também a indústria, diversificando os ramos estabelecidos ao longo das décadas de 1850 a 1870, destacando-se os do couro, dos calçados, das malas, chapelaria e mobiliário, espalhados por todo o país. Em sua maioria eram manufaturas, cujo trabalho era exercido por um grande número de operários, com técnica de produção pouco mecanizada.

Porém, segundo Mendonça (2004) o maior e mais duradouro impulso ao desenvolvimento industrial do país viriam da própria agricultura. Com o surgimento de uma nova atividade econômica de exportação – o café – no século XIX, houve

um dinamismo na economia e na sociedade brasileira. A necessidade de se adequar ao ritmo acelerado dessa atividade econômica fez surgir uma ampla infra-estrutura de serviços, transportes, casas comerciais e bancárias, que foram financiados pelos altos lucros obtidos através desta.

Desde então, houve uma maior concentração populacional nas cidades, especialmente na Região Sudeste, o que influenciou no surgimento de mercados locais bem maiores do que os anteriores, com novos consumidores, estimulando assim a multiplicação da grande indústria no Brasil.

Os dados apresentados pelo primeiro censo nacional de produção, realizado no país em 1920, demonstram como era a nossa estrutura industrial no período: as indústrias alimentícias constituíam 30,7% do valor produzido; as indústrias têxteis, 29,3%; as fábricas de bebidas e cigarros, 6,3% e apenas 4,7% representavam as indústrias metalúrgicas e mecânicas. (MENDONÇA, 2004, p. 23)

A autora caracteriza a industrialização brasileira nesse período: na fase inicial, subordinada ao capital cafeeiro, pois dele beneficiou-se em vários aspectos essenciais, principalmente da infra-estrutura urbana e de transportes montada em função da cafeicultura; a segunda, o predomínio das indústrias de bens de consumo correntes, tais como tecidos, vestuários, alimentos, pois eram adequadas à disponibilidade de capitais e tecnologias existentes no país; e a terceira que é em parte decorrente da segunda, é a inexistência de indústrias pesadas no Brasil dependente de tecnologia importada, o que deixava a nossa indústria fragilizada.

Com a Crise de 1929, um novo rumo é dado à indústria brasileira. A nossa economia que tinha como principal produto exportador o café, que desde a década de 1910 produziam excedentes, sofreu conseqüências desastrosas com a Grande Depressão. Segundo a autora, as nossas exportações diminuíram de 95 milhões de libras, em 1929, para 38 milhões em 1931, enquanto o preço do café caía, em 1931, para um terço do que fora em 1929. Isto veio favorecer a expansão da nossa indústria, pois com os preços baixos do café e as dificuldades de importar bem manufaturados, os preços dos produtos industriais aqui fabricados eram mais vantajosos do que os dos importados.

Diante dessa situação, a indústria exerceria o principal papel na recuperação e expansão da economia brasileira. De acordo com a autora, vários fatores beneficiaram essa expansão: o pleno aproveitamento da capacidade das indústrias já existentes, aumentando a produção; a facilidade de adquirir, no mercado mundial,

equipamentos de segunda mão, mais baratos e perfeitamente utilizáveis; e o poder de pressão dos empresários industriais brasileiros mais organizados, que exigiram e conseguiu do governo a proibição de importação de máquinas para as indústrias já totalmente implantadas no Brasil.

A partir daí, uma nova tendência modificou as características do processo de industrialização brasileira: o desejo de diversificar os ramos industriais até então existentes. Nessa etapa, a nossa indústria teve como primeira característica a ocorrência de mudanças consideráveis na própria estrutura industrial, a substituição das importações, ou seja, uma série de bens industriais que eram importados até aquele momento, passaria a ser fabricados internamente. Vários ramos tradicionais, como tecidos, vestuários, deram lugar a outros setores como os de metalurgias, material elétrico e transportes, além das indústrias químicas e farmacêuticas.

Nesse período da chamada Era Vargas (1930-1945) o crescimento do ritmo da expansão da indústria, superou pela primeira vez na nossa história, o da agricultura, intensificando ainda mais a concentração industrial no Estado de São Paulo iniciada desde a Primeira República, e conseqüentemente a estagnação de outras regiões, cujos efeitos podem ser vistos até hoje. Uma das características mais importante nesse período foi a transformação do Estado em investidor industrial e investidor em indústrias pesadas, ampliando o nosso parque industrial.

Sendo assim, todas as mudanças ocorridas no processo de industrialização após 1930, tiveram como principal agente o Estado. A implantação de indústrias de bens de produção exigia dos empresários grandes investimentos de capitais, o que era quase impossível, devido aos estragos ocasionados pela crise de 1929. Dessa forma, o Estado passou a investir nesse ramo, expandindo assim o parque industrial brasileiro, com o setor de bens de consumos nas mãos dos empresários privados, e um setor de indústrias de base a cargo do Estado.

Nessa época surgiram empresas estatais de maior importância para o prosseguimento da nossa industrialização: a Companhia Siderúrgica Nacional (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Companhia de Álcalis (1943) e a Fábrica Nacional de Motores (FNM), além da boa parte das usinas hidrelétricas da época, como a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945). Essas empresas tinham como função produzir bens e serviços a preços baixos, fornecendo aos empresários privados, visando assim o fortalecimento da burguesia industrial e o próprio capitalismo no país.

Porém, a política econômica nacionalista de Vargas não agradava a todos, especialmente após o término da 2ª Guerra Mundial, com o surgimento do neoliberalismo, caracterizado por maior abertura econômica e sem barreiras alfandegárias. Isto veio por fim ao modelo econômico vigente, ocasionando conseqüências no destino da nossa indústria, visto que, devido ao surgimento de novos grupos político-econômicos o rumo da economia brasileira passou a depender muito do jogo político destes.

A abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro configurou mudanças na estrutura industrial brasileira. A facilidade de obtenção desses capitais financiou um novo setor produtivo da nossa indústria – os de bens de consumo duráveis -, que através de investimentos diretos, várias empresas multinacionais instalaram suas sedes no Brasil, tais como, a Mercedes-Benz, a General Motors e a Ford, estimulando o surgimento de um cinturão de novas empresas, que forneciam para as montadoras itens de que elas necessitassem.

Com o surgimento desse novo setor produtivo, o tripé da industrialização brasileira foi criado, composto pelas empresas produtoras de bens consumos duráveis (a cargo do capital estrangeiro), pelas produtoras de bens de consumo correntes (a cargo do capital nacional) e pelas indústrias de base (a cargo do Estado). Porém, a instalação desse tripé, gerou várias conseqüências, como o aprofundamento da dívida externa brasileira, através de empréstimos estrangeiros sem finalidades produtivas, o grande descompasso entre o ritmo de crescimento dos três setores que compunham a nossa indústria, sendo o setor de bens de consumo duráveis o mais dinâmico, e a grande concentração de renda, gerada pelos altos lucros obtidos pelo setor industrial centralizado nas mãos dos grandes empresários.

Diante dessa crise gerada no governo de JK, o período da ditadura foi marcado pelo favorecimento intencional a grande empresa em detrimento daquelas de menor porte e de estrutura técnica considerada “pouco moderna”, como forma de retomar o crescimento industrial. Nesta época foram criados impostos, como IPI (Imposto sobre a Produção Industrial) e o ICM (Imposto sobre a circulação de Mercadorias), para eliminar o pequeno e médio empresário, pois não teriam como arcar com o peso de novos tributos, já que produziam em menor escala e com custos maiores do que as grandes unidades fabris, sendo obrigados a cederem espaço aos oligopólios, que eram favorecidos por uma série de facilidades de créditos, capitais e tecnologia, além de uma fatia do mercado consumidor deixados pelas menores empresas.

O resultado dessa estratégia foi uma maior internacionalização da economia brasileira, pois aumentaram o poder de controle pelas multinacionais sobre os setores mais dinâmicos da indústria brasileira, principalmente nas indústrias ligadas aos transportes, favorecidas pelos investimentos diretos do governo, como se verifica no quadro 1.

Quadro 1 – Taxas anuais médias do crescimento da indústria brasileira – 1966-1973

SETORES	INDÚSTRIAS NACIONAIS (em %)	PARTICIPAÇÃO DAS MULTINACIONAIS (em %)
Minerais não metálicos	11,3	59,72
Metalurgia	10,3	26,50
Mecânica	16,2	74,65
Material Elétrico	14,7	76,16
Material de Transporte	14,7	96,44
Química	12,6	51,12

Fonte: G. Mantega & M.Moraes. apud S. Mendonça, (2004) p. 88.

Essa característica de desnacionalização da indústria e da economia veio se acentuar ainda mais na década de 1980, com o surgimento de um novo programa que ganhou força no mundo inteiro: o neoliberalismo, que é caracterizado por três diretrizes centrais: o princípio da não intervenção do Estado na economia, ou seja, Estado-Mínimo, a redução dos gastos públicos e a privatização de empresas estatais. A partir daí, houve uma reestruturação na economia brasileira, com maior abertura e flexibilização, favorecendo ainda mais a entrada de grandes empresas estrangeiras, aumentando a concorrência interna e forçando as indústrias nacionais a reduzir custos para baixar os preços.

Atualmente, seguindo a tendência mundial, o Brasil vem passando por um momento de descentralização industrial. A distribuição espacial das indústrias que antes se concentrava na região Sudeste, beneficiada por políticas econômicas, vem se deslocando para outras regiões, em busca de maiores benefícios fiscais e lucratividade, com grande quantidade de mão-de-obra barata. Essa guerra fiscal entre os estados brasileiros resultou em importantes mudanças espaciais das indústrias, modernizando setores produtivos e dinamizando a economia de regiões vistas como atrasadas, como o Nordeste. Apresentando um maior índice de crescimento econômico.

1.1 - A indústria do couro no Brasil

O setor couro é de extrema importância para a economia brasileira, tanto pelo volume de exportações como pela geração de empregos. Segundo Ruppenthal (2001), o Brasil possui o maior rebanho bovino comercializável do mundo (aproximadamente 130 milhões de cabeças) e um dos maiores parques produtivos em frigoríficos e curtumes. De acordo com o BNDES, nas variáveis, geração de emprego e crescimento econômico, o setor ocupa o quarto lugar, sendo responsável pela geração de aproximadamente 700 mil empregos (diretos e indiretos), além de está entre os cinco maiores produtores e exportadores de calçados do mundo, ao lado da China, Indonésia e Itália.

A indústria do couro no Brasil teve início no século XIX, a partir da imigração promovida por D. Pedro, dos artesãos italianos para a região de Franca no Estado de São Paulo e dos artesãos alemães para a Região do Vale do Sino no Rio Grande do Sul, em 1824. A agricultura e a pecuária motivaram os imigrantes a investirem nas regiões, dando origem ao artesanato, principalmente pela fabricação de arreios para montaria. Eles aproveitavam a grande disponibilidade de peles vacuns¹, oriundas inicialmente das charqueadas² e, mais tarde, dos frigoríficos.

O processo de curtimento começou de maneira rudimentar, e foi se aperfeiçoando graças ao aporte de tecnologia e equipamentos da Europa, permitindo após o fim da Primeira Grande Guerra Mundial o início da exportação de couros e o comércio internacional de calçados. Iniciou-se com a produção de selas, chinelos, tamancos e botas, sendo que, a produção de calçados surgiu a partir do excedente da matéria-prima, as aparas de couro.

De acordo com Ruppenthal (2001, p. 61-62), a maior concentração se deu na cidade de Franca (SP) e na região do Vale dos Sinos (RS), sendo esta, considerada o maior pólo de empresas industriais e de serviços ligadas ao setor couro do mundo. Encontra-se nesse *cluster*, fabricantes de máquinas e equipamentos, insumos, componentes, atividades comerciais e de exportação, além das mais antigas e tradicionais escolas e centros de formação do país ligada ao setor.

A indústria do couro exerce um papel fundamental na economia brasileira, devido a sua abrangência social e econômica. Segundo dados da RAIS a indústria

¹ Diz-se de gado de vacas, bois touros e bezerras.

² Lugar onde é preparado o charque

de transformação de couro do Brasil é constituída por aproximadamente 400 curtumes, sendo que cerca de 90% são considerados micro e pequenas empresas, gerando 65.000 empregos diretos e um faturamento estimado em US\$ 2,5 bilhões/ano, evidenciando uma participação de pequenos e microempresários no PIB nacional, através de iniciativas locais.

Conforme dados da AICSUL (Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul) in Konzen (2006), a produção brasileira de couros vem apresentando um aumento significativo nos últimos anos. Em 1980 foi de 13,9 milhões de peles e no ano 2000 atingiu aproximadamente 32,5 milhões, um crescimento no período de cerca de 133%. Este crescimento fez com que o país detivesse aproximadamente 11% do mercado mundial de couros, que é da ordem de 270 milhões de peles/ano.

De acordo ainda com os dados da AICSUL (Associação das Indústrias de Curtumes do Rio Grande do Sul) apud Konzen (2006), as exportações brasileiras totais de couros em dólares correntes triplicaram na década (1990-2000), saltando de US\$ 243,9 milhões em 1990 para US\$ 744,7 milhões em 2000. Esse crescimento, entretanto, deu-se em detrimento do valor adicionado ao couro, valorizando-o em seu estágio inicial, ou seja, o couro *wet-blue*³, que aumentou de 34,7% para 57,0% nesse mesmo período, sendo que, o ideal para a cadeia do couro é exportar com maior valor agregado, ou seja, couro em seu estágio acabado.

Entretanto, apesar do Brasil está entre os cinco maiores produtores e exportadores mundiais de couro, convém mencionar, que a qualidade do couro produzido aqui ainda é baixa, quando se comparado aos padrões internacionais. Ainda com Konzen (2006), na avaliação da Embrapa Gado de Corte (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA) apenas 8,56% do couro manufaturado pelos curtidores nacionais pode ser considerado de qualidade superior, enquanto nos Estados Unidos 85% da produção apresentam essa performance.

Essa mesma autora enumera uma série de fatores que caracteriza essa baixa qualidade do couro brasileiro: a forma como o gado é criado no interior das fazendas, fase essa responsável por 60% dos defeitos na pele do gado (ações de carrapatos e berne, marcação do gado em locais inadequados, e ferimentos

³ Couro que tem coloração azul, devido à lavagem com o cromo.

produzidos no animal devido a cercas com arame farpado); o transporte dos animais entre a propriedade e os abatedouros, por sua vez, responde por outros 10% das imperfeições; os restantes 30% são atribuídos à má conservação do couro fresco e à esfolia malfeita.

Há uma forte concentração das indústrias de derivados do couro na Região Sudeste e Sul, especialmente no Rio Grande do Sul. Segundo Fernandes, cerca de 38% das exportações brasileiras de couro originam-se deste estado, que atualmente, no entanto, está mais voltado para a oferta de matéria-prima aos produtores locais, que chegam a produzir de 150 a 180 milhões de pares de calçados/ano (em torno de 33% da produção nacional), sendo São Paulo o segundo estado com maior volume de exportação de couro com 26%. Já o Centro-Oeste, apesar de possuir boa parte do gado brasileiro, cuja criação vem se deslocando para lá há alguns anos, ainda exporta muito pouco (apenas 4,4% do total das vendas externas), uma vez que ainda existem poucos curtumes na região e parte do abate do gado é feito em outros centros (Minas Gerais e São Paulo).

Porém a partir da década de 90, a qual o país passou por um processo de reestruturação econômica, devido a uma maior abertura comercial, propiciada pelo governo Collor, várias empresas se deslocaram para outras regiões do país, inclusive a região Nordeste, em busca de melhores condições de lucratividade. Esse processo de reespecialização nacional acompanha a tendência mundial de redirecionar plantas produtivas para regiões que ofereçam mão-de-obra mais barata, maior proximidade de mercados consumidores de bens finais e possibilidades de ganho de competitividade e escala de produção.

Os incentivos fiscais e creditícios, oferecidos por vários Estados do Nordeste e pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), exercem papel fundamental na atração desses empreendimentos. O estado da Bahia é um dos exemplos que foi favorecido pela adoção dessas políticas, tais como: acesso a menores custos de mão-de-obra e incentivos fiscais, além dos programas de treinamento de mão-de-obra realizados a partir de convênio com o "Sistema S" (Sesi, Senai, Sebrae etc.). Segundo dados da Abicalçados, apesar da recente implantação, o Estado já exportou US\$ 2 milhões em 1999 e cerca de US\$ 5 milhões em 2000, sendo considerada como um dos pólos nacionais da indústria de calçados

O setor coureiro brasileiro, apesar das dificuldades constitui como um pilar para os menos favorecidos no processo global, por não exigir alto nível de tecnologia e por apresentar alternativas de geração de emprego e renda, principalmente na produção de artefatos de couro, tais como: bolsas, cintos, carteiras, etc. Entretanto, a forma como está sedimentada a cadeia produtiva do couro, apresentando poucos avanços tecnológicos, acarreta sérios problemas quanto à qualidade do produto, e conseqüentemente dificulta a inserção destes no mercado, proporcionando uma baixa lucratividade, devido a forte concorrência, principalmente com os produtos asiáticos.

E nesta perspectiva, a presença maciça de pequenos e médios empresários no setor coureiro brasileiro vem ratificar a inclusão de iniciativas locais no processo global, como atores de Desenvolvimento Local. O fortalecimento da economia, através de padrões alternativos que inovam o potencial econômico local, vem como uma resposta ao sistema vigente, que ao mesmo tempo em que exclui, também gera novas possibilidades de construção da realidade local, com a participação ativa da sociedade.

2. CONTEXTUALIZANDO O DESENVOLVIMENTO LOCAL

2.1 – Conceituação

A partir da década de 90, com a consolidação do processo de globalização, o conceito de Desenvolvimento Local vem sendo amplamente discutido por diversas esferas da sociedade, devido à crítica ao modelo único do livre mercado, e em especial a criação do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH que tornou obsoleta a argumentação sobre o papel do crescimento econômico no combate à pobreza, e ao fortalecimento do município após a Constituição de 1988.

A idéia de desenvolvimento em décadas passadas se confundia muito com o que chamamos atualmente com crescimento econômico. Durante décadas, utilizou-se de indicadores como o PIB, principalmente o *per capita*, para definir o grau de desenvolvimento de uma dada localidade, sem levar em consideração a melhoria da qualidade de vida da população em geral.

Diante disso o conceito de crescimento econômico passou a dar lugar a diferentes pontos de partida, considerando, por exemplo, a assistência social, o desenvolvimento sustentável, a saúde preventiva ou a economia solidária. É fácil notar que com o advento do índice de desenvolvimento humano, IDH, o conceito de crescimento econômico como fator para o desenvolvimento tornou-se um mito, visto que o mesmo provou ser insuficiente como meio de combate a pobreza e a desigualdade social no território em geral.

Brose (2005) diz que a governabilidade dos territórios tem sofrido mudanças quanto à dinâmica dos atores econômicos sociais, onde governar mostrou-se como algo complexo, especialmente depois da publicação desses índices. O debate sobre desenvolvimento foi sempre dissociado do conceito de crescimento econômico e o ser humano voltou a ser o centro das atenções em discussões.

Segundo Santos (1992) o conceito de desenvolvimento para dá certo deve se inspirar em metas que deverão ser atingidas mesmo que em longo prazo em uma dada sociedade, e por essa razão não deve ser dissociado do desenvolvimento em torno das pessoas, ou seja, não deve estar separado do desenvolvimento social.

(...) desenvolvimento é um processo de ampliação da capacidade de realizar atividades sendo o Lugar uma combinação de técnicas qualitativamente diferentes individualmente dotadas (...) Visando valorizar as potencialidades do lugar, em prol de uma melhoria da qualidade de vida (...) (SANTOS, 1992, p.12-13)

O processo de globalização que estamos vivenciando é uma realidade ao que parece irreversível, costumamos dá grande importância aos aspectos econômicos, muitas vezes sem questionar o modelo de desenvolvimento local que vem sendo implantado nas comunidades interioranas. Nesse contexto, reforça-se a relevância da globalização na realidade atual, exigindo ajustes estruturais na economia e nas organizações, para se adaptar ao novo contexto globalizado.

A partir dessas considerações, vê-se a necessidade de se preocupar com o âmbito social em qualquer política de desenvolvimento local, dado que o contexto da atual globalização exige uma necessidade urgente de se pensar um desenvolvimento em termos sociais e não apenas econômico.

Para Brose (2005),

O Desenvolvimento Local constituiria importante meio de combater a pobreza, promover maior inclusão social, além da geração de oportunidades de trabalho e renda. Por outro lado, o fortalecimento da democracia. O Desenvolvimento Local permitiria a ativa participação do cidadão, o efetivo controle social sobre a gestão pública através do fortalecimento da Sociedade Civil e o empoderamento de grupos sociais antes marginalizados nas esferas de tomada de decisão. (BROSE, 2005 p. 01)

Isto quer dizer que desenvolvimento local se configura como uma alternativa ao modelo excludente, com a participação ativa de todo cidadão, visando à valorização das potencialidades do lugar, em prol de uma melhoria da qualidade de vida social, como podemos comprovar também na afirmação de Buarque (1999):

Desenvolvimento local é um *processo endógeno* registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o *dinamismo econômico* e a *melhoria da qualidade de vida* da população. Representa uma singular transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, resultante da *mobilização das energias* da sociedade, explorando as suas *capacidades e potencialidades* específicas. (BUARQUE, 1999 *apud* SANTOS FILHO, 2005, p. 36, grifo do autor).

Sendo assim, Desenvolvimento Local é algo que é construído por uma dada sociedade em um determinado território, sendo o município a base essencial para este desenvolvimento. Brose (2005) também define que:

Desenvolvimento Local significa a melhoria da qualidade de vida construída em um processo histórico pelas pessoas que ali vivem e criam seus filhos. Dito de outra forma, desenvolvimento Local não é um método, não é uma intervenção de um projeto ou programa, não é algo que o setor público sozinho, ou o terceiro setor ou a iniciativa privada vá produzir de cima para baixo. Lentamente o conceito de Desenvolvimento Local vai se firmando como uma das idéias-força de como podemos concretizar em nosso entorno as promessas ainda não cumpridas da democracia. (BROSE, 2005 p.15).

Silveira (2002) coloca a questão de desenvolvimento local como uma resposta ao processo de globalização. As disputas em torno de alternativas e caminhos para se adaptar ao contexto do sistema atual, revelam um potencial transformador, sendo o local o campo necessário dessa resposta e transformação. O mesmo autor diz que sob uma perspectiva sistêmica, alguns componentes ou alicerces do processo de desenvolvimento local podem ser destacados como fatores, cuja combinação em algum grau, tende a mostrarem-se decisivos, tais como: capital humano e social no âmbito dos atores locais; a constituição de novos espaços públicos de formulação e gestão; e o desenvolvimento produtivo dos territórios.

Brose (2000), a partir de uma análise da experiência prática do Programa Prorenda/RS, estruturou cinco dimensões do desenvolvimento local, que seriam:

1. *Inclusão Social*, ou seja, uma política social cujo princípio orientador seria a procura pela equidade;
2. *Fortalecimento da economia local*, identificar e valorizar as potencialidades econômicas do local;
3. *Inovação na gestão pública*, dotar o setor público de maior capacidade de gestão, voltado para as demandas do desenvolvimento humano e com capacidades gerenciais que permitam caracterizá-las com eficiência;
4. *Gestão ambiental e uso racional dos recursos naturais*, elaboração de uma política ambiental por parte do poder público com a participação de todos os segmentos da sociedade, visando a uma preservação e/ou utilização racional dos recursos naturais do município;
5. *Mobilização da sociedade*, criação de mecanismos para uma ativa participação do cidadão, buscando um engajamento e diversificação da sociedade civil para possibilitar que as demandas da comunidade sejam levadas em consideração nos processos decisórios.

Partindo desses pressupostos poderemos verificar que o desenvolvimento local deve estar associado, a iniciativas que tenham origem na vontade coletiva do

povo, de modo a possibilitar uma articulação das potencialidades locais nas condições sócio-históricas estabelecidas num determinado espaço geográfico.

Porém por mais incoerente que pareça muitas vezes o setor público afirma estar fazendo um desenvolvimento local, mesmo ignorando a participação da comunidade que fica na maioria das vezes excluídas de qualquer processo decisório, o que se caracteriza um equívoco e uma contradição explícita, já que, como vimos até o momento, o desenvolvimento local tem que nascer das comunidades, pois irão criar às metas e as diretrizes que vão nortear um projeto de modo a contemplar as características específicas e as qualidades superiores que o local se especialize nas áreas em que possuem algum tipo de vantagem em relação às outras.

Conforme afirma Buarque:

(...) as experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. Representa, neste sentido, o resultado de uma vontade conjunta da sociedade que dá sustentação e viabilidade política a iniciativas e ações capazes de organizar as energias e promover a dinamização e transformação da realidade. (BUARQUE 1999, p.10).

Sabemos que o poder público é de fundamental importância em todo o processo, mas tem casos, que não deve constituir como o agente principal, já que, a mudança da realidade local, parte de ações conjuntas efetuadas pelos diversos setores municipais, que independentemente do projeto a ser desenvolvido, devem tender para um mesmo objetivo, ou seja, a melhoria das condições de vida da população.

Como já foi constatada acima, a idéia de crescimento econômico por conta das suas limitações abriu espaço para o surgimento de outros temas relevantes para o conceito de desenvolvimento local a exemplo da descentralização, a governança local, a participação, a emergência da sociedade civil bem como o conceito de capital social.

Enfatizar o conceito de capital social é de suma importância nessa discussão, visto que há um forte atrelamento entre o mesmo e desenvolvimento local, de modo a permitir uma compreensão significativa da sua importância.

Nesse sentido, Putnam (1996) afirma que o capital social refere-se aos aspectos da organização social, tais como redes e normas de confiança que facilitam a coordenação e a cooperação em prol do bem comum da sociedade. Ele destaca ainda a importância que a dimensão política, tem sobre a dimensão econômica, de modo a gerar o capital social, o qual por sua vez deve beneficiar os indivíduos coletivamente.

A partir de Martinho (s.d) verificamos que o conceito de capital social tem como base principal a idéia do empoderamento. Este pressupõe a capacidade dos atores de agenciar processos de autonomia individual e coletiva e de estabelecer articulações de natureza política. O mesmo também afirma que para ser incluyente e emancipatório, um processo de desenvolvimento necessita disseminar a capacidade de fazer política, quer dizer, precisa democratizar a política e o poder.

Silveira (2002) define a noção de capital social referindo-se à experiência associativa, aos laços de confiança e cooperação, às competências e capacidades organizacionais e às configurações de caráter tácito ou institucionalizado que sedimentam relações interpessoais e inter-organizacionais, passíveis de abordagem na ótica de construção social dos territórios. Define também que o capital humano é gerado a partir da capacidade humana de criar e recriar conhecimento, ligado a condições de educação, saúde, nutrição, habitabilidade, mobilidade comunicacional e espacial.

Partindo dessa visão, torna-se evidente que a construção de uma sociedade democrática passa antes de tudo, pela participação popular na política e nas relações de poder bem como na capacidade que essa dada comunidade tem de se articular de maneira organizada em torno de questões que digam respeito aos problemas, que essa comunidade pretende resolver. Implica na verdade numa reunião de habilidades e recursos, ambos dirigidos por critérios bem definidos, e que representem à essência dos interesses da sociedade como um todo num dado espaço geográfico e que revelem e existência das alternativas e particularidades que cada lugar no âmbito local possua de modo específico para solucionar problemas semelhantes.

O fragmento do texto citado por Millani (2005) transcreve uma citação de “Lyda Hanifan em que já ocorre uma definição do capital social, datando de 1916, como o conjunto dos elementos tangíveis que mais contam na vida quotidiana das pessoas, tais como a boa vontade, a camaradagem, a simpatia, as relações sociais entre

indivíduos e a família". Como podemos constatar, essa definição se reveste de uma visão simplificada, pois não considera as várias facetas que o tema engloba na atualidade, dado a dimensão política e econômica de que o mesmo contempla.

Como já foi citado anteriormente o conceito de capital social possui várias definições. Rattner (2003) descreve quatro tipos: **o capital natural** (que são os recursos naturais aproveitáveis), **o capital humano** (referindo-se ao nível de educação, saúde e acesso à informação), **o capital financeiro ou econômico** (referente ao dinheiro enquanto moeda) e **o capital social** (que diz respeito à qualidade de vida). Ele também afirma que:

No plano Coletivo, o capital social ajudaria a manter a coesão social, pela obediência às normas e leis; a negociação em situação de conflito e a prevalência da cooperação sobre a competição, isto é, a comunidade se articularia em conjunto para estabelecer metas em busca de uma melhor qualidade de vida e, respeitando a lei, buscariam a cooperação do setor público e/ou privado para criar condições de transformar esta meta em realidade. (RATTNER, 2003, p.6)

Dado essas definições, podemos dizer que a existência do capital social numa comunidade, se configura como um meio fundamental ao exercício da cidadania e, portanto, do aumento de uma consciência crítica coletiva, que promova a busca e o respeito pelos direitos básicos como: saúde, moradia, educação, alimentação básica, saneamento básico, etc.

Para Hock (2001) o capital social refere-se ao capital financeiro investido nas questões de interesse público, a partir da iniciativa popular por meio do exercício consciente e responsável da cidadania. Afirma que:

(...) assim como por direito de nascença somos cidadãos de uma cidade, província ou nação, somos também cidadãos do mundo, pois com certeza nascemos nele também. Além disso, por direito de escolha, somos cidadãos de corporações, igrejas e inúmeras outras organizações. Se não desenvolvermos conceitos de organização novos e melhores, onde a persuasão prevaleça sobre o poder, à razão sobre a emoção, a confiança sobre o medo, a cooperação sobre a coerção e a liberdade sobre a tirania, nunca vamos colocar a ciência e a tecnologia a serviço da humanidade, quanto mais a serviço das outras criaturas e da terra viva de que dependemos. (Hock, 2001, p.32).

Isso implica dizer que, toda a evolução técnica e científica da humanidade só tem sentido se for realmente usada para atender aos interesses do povo em todas as esferas da vida independente da sua condição ou origem social.

Nesse sentido Rattner (2003) traz importante contribuição quando diz que:

(...) o principal 'produto' do capital social não é nem uma mercadoria nem um serviço (como nos negócios), nem uma regulamentação (como no governo), mas um ser humano transformado e é neste contexto que o desenvolvimento local necessita ter como um dos seus pilares o capital social, pois "enquanto as vias convencionais de formar capital humano estimulam o individualismo, a construção de capital social repercute favoravelmente na coesão da família, da comunidade e na sociedade" (RATTNER, 2003, p.7).

Podemos notar que os dois conceitos (desenvolvimento local e capital social) estão intimamente relacionados com a análise geográfica, já que constitui praticamente um método pelo qual podemos estudar as questões sociais, políticas e econômicas de determinado lugar, reiterando a importância desses conceitos dentro da geografia para o estudo e conseqüentemente, melhor compreensão das realidades sócias e econômicas que se estabelecem sobre o espaço geográfico, quer ao nível global que ao nível local.

A teoria do capital social prima pela maior participação do cidadão nos processos de decisão política e na fiscalização dos gestores públicos. Visa pelo que podemos notar um esforço no sentido de reverter o crescente processo de fragmentação social, resultado, que resulta entre outros fatores, da menor intervenção do Estado em decorrência da perspectiva econômica neoliberal responsável pela desestruturação de sociedade que por sua vez, não reagiu de modo a possibilitar uma articulação entre os vários atores sob um espaço comum.

Sabemos que a maior dificuldade em todo esse processo estar justamente em criar mecanismos que motivem a participação cidadã, de maneira viável e proveitosa, afinal, um dos obstáculos mais relevantes remete com certeza a cultura politicamente passiva e pouco participativa que nossa população herdou historicamente, ao longo de 500 anos de dominação e exclusão social e política.

Baquero (2003) salienta que os mecanismos que proporcionam uma democracia social mais justa implicam trazer as pessoas para a esfera pública. Tal transição depende, fundamentalmente, da capacidade do Estado e de suas instituições de aceitar e valorizar essa participação. Também enfatizam que a crise econômica e o crescimento da pobreza e da exclusão social catalisaram o interesse,

por parte da comunidade acadêmica e de organismos nacionais e internacionais, pelas redes sociais como elementos geradores de soluções.

De acordo com Martinho (s.d) o conceito de rede tem implicações diretas no debate sobre desenvolvimento local integrado e sustentável, uma vez que não se acredita que um processo de desenvolvimento possa ser sustentável no longo prazo se não houver horizontalidade no processo e empoderamento dos atores, além de ser à base do conceito de capital social. Este pressupõe a capacidade dos atores de agenciar processos de autonomia individual e coletiva e de estabelecer articulações de natureza política.

O autor evidencia ainda que a “rede” só pode ser eficaz se a mesma for construída a partir de alguns princípios que em síntese, privilegiam a autonomia e a descentralização política dos atores que direta ou indiretamente querem se imbuir do processo de desenvolvimento de forma verdadeiramente sustentável e equilibrada com as necessidades das pessoas na esfera do local e não apenas do global.

Como podemos perceber a opinião da maioria dos autores sobre a teoria do desenvolvimento local, ressalta que não basta privilegiar o aspecto econômico por si só, é imprescindível que se dê especial atenção para as questões sociais considerando-as como partes de um todo que deve estar perfeitamente em harmonia de modo a possibilitar um engajamento real por parte das camadas populares, até o momento excluído dos processos decisórios tanto na esfera local como nas de maior estância territorial e política.

Essas reflexões nos permitem questionar a dinâmica do capitalismo, já que um dos seus fundamentos é de que o avanço tecnológico é o mecanismo chave capaz de trazer vantagens para o desenvolvimento social. No entanto a maior parte do mundo, que é capitalista não tem resolvido os problemas sociais, todos a priori, relacionados à pobreza e a má distribuição de renda. Sem dúvida, se queremos transformações capazes de garantir maior equidade social, precisamos reconhecer e valorizar as potencialidades locais, que por sua vez podem apontar a melhor maneira de se conquistar uma melhor qualidade de vida a partir principalmente da participação política dos atores na esfera local.

2.2 – Relação entre pequena empresa e Desenvolvimento Local

Diante dessa atual conjuntura econômica, vários mecanismos surgiram como forma de superar as dificuldades advindas da globalização. Os pequenos empreendimentos tornaram-se uma alternativa a esse sistema, visto que eles possuem mecanismos indispensáveis capazes de inverter a tendência à concentração e reduzir as desigualdades num contexto de maior democracia social e econômica.

De acordo com Cassiolato (2003), micro e pequenas empresas cooperando, inovando e aprendendo através da interação entre si e com outras organizações – ampliam sua competitividade de forma dinâmica e sustentada. Isto aumenta também as possibilidades de alavancagem do desenvolvimento local – tanto social quanto econômico. Além disso, as políticas para promoção de micro e pequenas empresas produzirão melhores resultados se focalizarem o conjunto de atores com que interagem, assim como o próprio ambiente onde estas se inserem.

Segundo Almeida (2002), o discurso tradicional defende as pequenas empresas com base na sua eficácia social, pois as mesmas se distinguem pela baixa intensidade de capital, e capazes de gerar grandes quantidades de empregos e o benefício derivado de uma melhor distribuição de renda. Ele aponta várias razões que demonstram como a pequena empresa se destacou a partir dos anos 1980, como geradoras de emprego e renda:

- A tendência à concentração industrial perdeu fôlego na maior parte dos países desenvolvidos, embora tenham ocorrido grandes fusões, a multiplicação dos pequenos e médios negócios, começaram a se destacar. O próprio modelo da grande corporação integrada verticalmente, começou a ser questionado. Em consequência desse novo ponto de vista, as grandes empresas foram descritas no início dos anos 1980 até meados da década de 1990 como dinossauros. Muitas delas combinavam, com efeito, estruturas burocráticas, indolência tecnológica e baixa rentabilidade;
- Com o surgimento das altas taxas de desemprego tecnológico e estrutural nos anos 70 e 80 do século passado, revalorizou o papel da pequena empresa, supostamente como sendo o último bastão do emprego mesmo nos países mais avançados. Em muitos países desenvolvidos e

subdesenvolvidos, os governos lançaram mãos de iniciativas para estimular o surgimento e a sobrevivência das micro e pequenas empresas, procurando no estímulo ao chamado “empreendedorismo” uma compensação para as altas e duradouras taxas de desocupação. Nesse sentido, multiplicaram-se as incubadoras de empresas, os balcões de negócios e principalmente os programas de financiamento para as pequenas e médias empresas, inclusive no nível do micro crédito;

- No período em que a grande empresa ocidental passou por uma relativa e temporária crise, a continuidade do milagre japonês nos anos 1970 e 1980 chamou a atenção para as particularidades das redes nipônicas de cooperação entre firmas. Na economia japonesa do Pós-Guerra, desenvolveu-se uma organização industrial assentada numa forma particular de subcontratação típica do ocidente. O sistema funcionava como uma cadeia industrial de cooperativas fornecedoras em escala descendente, ligando as grandes multinacionais às medias empresas, e estas a pequenas e microempresas, de um modo bem mais descentralizado que os esquemas de subcontratação ocidental. Esse modelo japonês apresentou vantagens excepcionais, uma vez que houve uma redução de custos de manutenção de estoques e de gestão burocrática, graças à cooperação entre as grandes, médias e pequenas empresas;
- A teoria econômica redescobriu na Europa, nesse mesmo período, o fenômeno dos distritos industriais formados por pequenas e médias empresas integradas, que já havia sido estudada pelo grande economista inglês Alfred Marchall no início do século. A primeira seria baseada numa divisão técnica do trabalho interiorizada na empresa de grande porte e a segunda estaria baseada numa divisão social do trabalho desintegrada, envolvendo pequenas empresas em uma determinada área, que atuariam em conjunto num segmento particular da economia.

A revalorização da pequena empresa também ocorreu nos países subdesenvolvidos. Até os anos 1970, a existência de uma grande proporção de pequenas e microempresas nas economias era vistas como o resultado da escassez de capital e de capacidade empresarial. Esperava-se que o número e a proporção

das grandes empresas aumentassem com o desenvolvimento econômico, o que reduziria o espaço e a presença das firmas de pequeno porte.

A partir dos anos 1970, uma nova abordagem para as pequenas e microempresas surgiu no interior do debate sobre o desenvolvimento. O crescimento econômico do Pós-Guerra havia mostrado que mesmo taxas aceleradas de expansão do produto nacional não eram suficientes para absorver toda a oferta de mão-de-obra nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos. O diagnóstico subsequente do desemprego urbano apontou não só para o êxodo rural, mas também para a incapacidade de criar empregos que caracterizava as grandes plantas industriais instaladas com tecnologia avançada.

Ao mesmo tempo, novos estudos empíricos revelaram outra dimensão da pobreza nos países de periferia: ela estava associada não apenas ao desemprego, como nos países subdesenvolvidos, mas, simultaneamente, a uma enorme variedade de ocupações exercidas em unidades de pequena escala, inclusive pequenas e micro empresas.

A partir desta descoberta nasce um novo conceito - a economia informal - e uma nova postura face às pequenas empresas também nos países periféricos. Em função de sua alta intensidade de trabalho e de seu baixo custo de produção, essas empresas informais passaram a ser vistas não só como grandes geradoras de empregos, mas igualmente como produtoras de bens e serviços baratos que garantiriam melhores padrões de vida para as populações mais pobres.

2.2.1 – Vantagens e desvantagens das pequenas empresas

De acordo com Almeida (2002) as pequenas empresas podem apresentar certas vantagens competitivas em relação às firmas de maior porte, assim como também, elas tendem a operar, ao mesmo tempo, com uma série de desvantagens.

Segundo o mesmo autor, as vantagens decorrem entre outros fatores, do controle direto exercido pelo proprietário, de um fluxo interno de informações mais eficientes, da proximidade entre a direção e os clientes, da menor importância dos ativos fixos e da maior rapidez na tomada de decisão. Além daquelas que estão fortemente relacionadas ao uso da força de trabalho menos sindicalizada e pior

remunerada, podendo ainda atuar com menores custos de trabalho e em princípio, vender seus produtos a preços mais baixos.

Fatores desse tipo asseguram maior agilidade e flexibilidade no atendimento a uma demanda cíclica e mutável, que permite a ocupação de nichos de mercado com uma produção especializada, sobretudo nos segmentos de serviços.

Entretanto, as desvantagens do pequeno tamanho também existem. De saída, o uso de mão-de-obra inferior tende a implicar na produtividade e qualidade inferiores, além da dificuldade no acesso ao crédito. As instituições financeiras tendem a evitar os empréstimos às firmas pequenas, sobretudo porque estas exigem maiores custos operacionais, mas também porque os negócios pequenos oferecem, na maior parte dos casos, poucas garantias reais.

É sabido que a intervenção estatal (fundos de aval, micro crédito, etc.) e o uso das novas tecnologias da informação nos bancos privados (com redução dos custos operacionais) têm permitido a expansão da oferta de crédito para as firmas pequenas e mesmo para as microempresas, mas, apesar disso, restam desvantagens significativas em vários outros campos, como dificuldades sérias para comprar insumos, pesquisa e desenvolvimento, estudos de mercado, campanhas de marketing e muitas outras iniciativas que não estão facilmente ao alcance de organizações de tamanho reduzido.

As pequenas empresas têm freqüentemente, dificuldades de aproveitar oportunidades de mercado que requerem grandes lotes de produção, produtos normatizados e oferta regular e consistente. Elas encontram dificuldades consideráveis para internalizar funções como treinamento de mão-de-obra ou logística. Ademais, na luta pela sobrevivência, seus proprietários tendem a ficarem muitas vezes prisioneiros de práticas rotineiras, oferecendo grande resistência para absorver inovações e se beneficiar de novas oportunidades que envolvam riscos.

2.2.2 - Da capacidade de geração de empregos da pequena empresa

Conforme Almeida (2002) a pesquisa internacional tem relativizado a importância desta criação de empregos, mostrando basicamente três fatos:

- As pequenas empresas criam menos empregos do que seus defensores anunciam a não ser quando se considera o trabalho autônomo ou por conta própria como "microempresa individual";
- Boa parcela da nova ocupação nas pequenas empresas se explica pela tendência ao deslocamento do emprego da indústria para os serviços, uma vez que nas chamadas atividades terciárias a escala das firmas é freqüentemente menor;
- As ocupações criadas pelas pequenas empresas tendem a ser, na média, mais instáveis e menos remuneradas. Este último fato parece decorrer parcialmente da própria multiplicação de pequenos negócios mal planejados, abertos em conjunturas de crise, por trabalhadores desempregados das grandes firmas.

Contudo e apesar de todas as dificuldades que se apresentam à pequena e microempresa, não se pode ignorar que as mesmas representam indubitavelmente um fator significativo à geração de postos de trabalho principalmente nos países de terceiro mundo, onde as taxas de desemprego ainda são muito altas.

Cabe aos representantes de cada país, elaborar e fomentar políticas públicas capazes de incentivar a criação e a multiplicação dos pequenos negócios, sem descuidar também dos aspectos técnicos referentes a esse seguimento de trabalho, a fim de que as micro e pequenas empresas possam existir sem serem afetadas pela alta taxa de mortalidade que as acometem, em função de uma série de fatores tanto de natureza política como de natureza técnica. Reduzir juros, facilitar o crédito e o pagamento do mesmo, são apenas algumas medidas indispensáveis à luta dos governos contra o fenômeno do desemprego que aumenta fortemente tanto nas zonas rurais como nos grandes centros urbanos.

A adoção de políticas adequadas ao empreendedorismo e pequenos empreendimentos constituem fatores estratégicos à criação de sistemas produtivos locais voltados às empresas de pequeno e médio porte. De modo geral, a implantação de políticas e estratégias de desenvolvimento local implica a busca de mecanismos eficientes de gestão. Esses mecanismos devem possibilitar tanto a atuação ágil e flexível de oportunidades viáveis como, também manter a participação e a colaboração entre o setor público e privado.

3. HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPIRÁ/BAHIA

3.1 – Histórico do município

A ocupação do interior baiano se deu a partir do desenvolvimento da pecuária na Região Nordeste. Segundo Furtado (1998), esta atividade econômica foi favorecida pela expansão da atividade açucareira que, para suprir suas necessidades, procurou aumentar o rebanho de animais bovinos, resultando na penetração e ocupação do sertão, em decorrência da dificuldade de criatórios na faixa litorânea e a grande disponibilidade de terras nesta região.

De acordo com Agildo Barreto,

A pecuária no sertão não constituía, em si, uma condição estável. Estava em fase de implantação e consolidação, não para si própria, mas para funcionar com um simples fornecedor de gênero alimentício ao setor produtivo açucareiro, que era voltado para o comércio de exportação. A pecuária era uma atividade complementar, destinada a escorar e garantir a realização da economia do açúcar, essa era sua razão de ser (...) (BARRETO, 2003, p.35)

Inicialmente a renda da pecuária era constituída pela venda de gado para o litoral e pela exportação do couro, não dependendo de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva, fator este que favoreceu sua grande funcionalidade frente às transformações estruturais ocorridas na economia nordestina, após a decadência da economia açucareira.

Segundo Furtado (2004), no longo período que se estende do último quartel do século XVII ao começo do século XIX a economia nordestina sofreu um lento processo de atrofiamento, devido aos efeitos provocados por estímulos externos. Durante esse período, os produtos importados que antes pudessem comprar nos mercados do litoral, passou a serem produzidos internamente. Desde então, o couro substitui quase todas as matérias-primas, se tornando a principal fonte de renda dos criadores nordestinos que moravam distantes da capital, visto que o atrofiamento se acentuava ainda mais na medida em que aumentavam as distâncias.



Figura 1 – Vista da serra do Monte Alto
Foto: Roseane Carneiro, 2007.

É dentro dessa dinâmica que surge o município de Ipirá, cujo povoamento, teve início no desbravamento do sertão com estabelecimentos de gados, e posteriormente, servindo como pontos de paradas obrigatórias de boiadas e tropas que demandavam ao litoral e lavras, surgindo uma pequena comercialização entre eles. A primeira aglomeração ocorreu nas proximidades da serra do Camisão, localizada próximo ao Monte alto, nesta cidade (figura 1), onde surgiram vários ranchos que se dedicavam ao criatório de gados, sendo o mais importante o de Gaspar Araújo Pinho, que foi construído em agosto de 1757.

Segundo Santos (2003), officiosamente, o primeiro possuidor das terras do Camisão foi Valério Pereira de Azevedo, através de doação do Rei de Portugal, em meados do século XVII, vendendo posteriormente a Manoel Rodrigues Casado. Importante observar que as posses de outrora eram simbólicas, já que a insalubridade dos pontos do Recôncavo e a escassez dos mesmos obrigaram a um rápido avanço dos colonizadores no Sertão, em busca de novos pastos naturais para seus rebanhos, o que desrespeitava os direitos de posse das doações reais.

O principal articulador do povoamento de Ipirá foi Justiniano Ventura, conhecido pelo nome de “Homem do Camisão”, por ter o hábito de usar um camisão branco, folgado com franja, cujo comprimento ia até o joelho, e em sua homenagem, o nome

dessas terras se perpetuou por muito tempo, como Santana do Camisão. Este português conseguiu montar e dinamizar um intenso comércio, destinado à exportação de produtos vinculados à pecuária para suprir as necessidades do litoral, conforme registra Agildo Barreto:

O Homem do Camisão tomou-se carismático e querido pela bondade e atenção com que tratava as pessoas, sem a menor distinção entre o descalço e o que usava botas. Era sua maneira de ser e isso criava um vínculo atrativo e uma grande consideração. Sua hospitalidade não tinha limites e essa saga de amizade era reconhecida por muita gente: não negava mesa farta, nas possibilidades de produção, a tropeiros, a boiadeiros ou quem quer que fosse. Prosperou também com a passagem de boiadas pela fazenda, retomada com o declínio da produção aurífera nas Mias Gerais, das quais cobrava estadia do gado na capoeira, que mantinha como arrendamento. Trocava gado fraco e animais estropiados por outros em melhores condições, com bastantes vantagens. Virou um formador de boiada para os Olhos D'Água no início das estiagens e acumulava o ouro que recebia dos tropeiros de Jacobina em negociação de mantimentos. Assim montou e dinamizou um intenso comércio de carne seca, que tinha um importante papel na alimentação da população litorânea, sendo por isso imprescindível. Além do mais o abastecimento no litoral era incompleto, e por vezes, a falta era completa, e o Homem do Camisão soube introduzir-se nesta lacuna, com as devidas limitações. Enveredou-se na aquisição de couro e preparo de solas vermelhas e brancas, que se constituíam no único produto sertanejo de exportação, com larga aceitação no mercado internacional, sendo vendidos a preços vantajosos em Salvador. Assim, ele foi se tornando um potentado. (BARRETO, 2003, p. 63).

O povoamento, favorecido pelo entreposto comercial que surgiu na malhada da fazenda Camisão, estagnou com a seca de 1820. Porém, a partir do início da primeira década do século XIX, houve um impulso significativo com a intensificação de criatórios de caprinos e bovinos e de roçados naquelas proximidades, fazendo surgir mais choupanas em torno da malhada, para abrigar esses criadores e roceiros. Forma-se então um prospecto urbano de um arraial com moradores regulares, em forma de um quadrilátero e a capela no centro.

O mesmo autor afirma ainda que

O comércio expandia-se consideravelmente com a reativação das boiadas do Alto do Sertão para o Recôncavo deflagrando-se assim um período de crescimento e verificação de grande progresso neste setor, que movimentava gêneros da região litorânea, transformando Camisão, em um significativo entreposto comercial na década de 20. (BARRETO, 2003, p. 138).

O processo de emancipação política do município de Ipirá iniciou-se em dezembro de 1820, quando uma comissão chefiada por Joaquim Apolinário Ribeiro Soares, foi até a cidade de Salvador, pleitear junto ao governador, a elevação do povoado do Camisão à categoria de Vila, no que determinaria sua independência de Feira de Santana, tendo sido indeferida a petição, por motivos até hoje desconhecidos.

Porém, os homens do Camisão não desistiram e, em 1846, outra comissão representando a população do povoado, partiu em penosa cavalgada até Cachoeira. Após insólita travessia em um saveiro, chegou a Salvador, onde solicitaram ao governador da Província, que concedesse a autonomia administrativa do Camisão. O município de Ipirá desmembrou-se de Feira de Santana, a partir da Resolução de 20 de abril de 1855, que segundo Costa (2003) dizia:

Resolução de 20 de abril de 1855 – N.520 João Maurício Wanderley, Presidente da Província da Bahia: Faço saber a todos os seus Habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial Decretou, e eu Sancionei a Resolução seguinte: Art. 1º - O arraial de Sant'Anna do Camisão fica elevado à categoria de Vila, com a denominação de Vila de N. S. Santa Anna do Camisão, gozando de foros e prerrogativas competentes às demais Vilas do Império... (COSTA, 2003, p.37).

Assim, em 20 de abril de 1855, a partir dessa Resolução nº 520, o arraial do Camisão foi elevado à categoria de vila, com o nome de Santana do Camisão, tendo os mesmos direito e prerrogativas que as demais vilas do Império possuíam. A categoria de cidade chega em 30 de agosto de 1896, pela Lei nº 144, e pelo decreto de 7.521 de 20 de julho de 1931, passou a se chamar Ipirá.

3.2 – Localização e caracterização

O município de Ipirá está localizado geograficamente na Latitude 12°09'00" e Longitude 39°44'00", na mesorregião do centro-norte baiano e na microrregião de Feira de Santana e do ponto de vista econômico na Região do Paraguaçu. Segundo o IBGE, possui uma área de 3.024 Km², situando-se a 202 km de Salvador. Tem como municípios limítrofes: Pintadas, Pé de Serra, Rafael Jambeiro, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, Ipecaetá, Itaberaba, Rui Barbosa, Macajuba e Baixa Grande. (Figura 2)

Segundo dados da SEI (2000), o município é composto por 02 distritos: Bonfim e Sede; e 10 povoados: Alto Alegre, Caixa D'Água, Coração de Maria, Ipirazinho, Malhador, Nova Brasília, Pau Ferro, Rio do Peixe, São Roque, Umburanas. Porém, existem outros que não estão registrados, tais como: Conceição, Jacaré, Rosário, Santa Rita e Vida Nova, totalizando 16 povoados.



Figura 2 – Localização Geográfica do município de Ipirá na Bahia.

Fonte: SEI, s.d.

Adaptado por: Roseane Carneiro, 2007

O território está inserido totalmente no polígono das secas e sujeito a longos períodos de estiagem, o que caracteriza a vegetação predominante do bioma caatinga arbórea seca, com palmeiras, existindo também ao leste do município a mata da Caboronga⁴. Possui um clima semi-árido, com altitude média de 328 metros acima do nível do mar, temperatura média em torno de 23,7° Celsius, sendo seu período chuvoso entre os meses de fevereiro a abril, pluviosidade anual média de 754 mm, sendo a mínima de 157 mm e máxima de 1560 mm.

O relevo é formado por planaltos e pequenas planícies: Serras das Vacas, Serra da Caboronga, Monte Alto. Quanto aos recursos hídricos, o município pertence à bacia Hidrográfica do Paraguaçu, a qual abastece a cidade, tendo como rios e riachos principais: Riacho do Sossego, Riacho do Jacaré, Riacho da Gameleira, Rio Capivari, Rio do Peixe, Rio Cairu e Rio Paulista.

⁴ Vegetação típica da Mata Atlântica incrustada em pleno semi-árido baiano.

O tipo de solo é Latossolo vermelho amarelo distrófico e vertisolo. Apresenta ocorrência de apatita, argila, calcário, grafita, manganês e fosfato, sendo este último foi recentemente descoberto.

3.3 – Indicadores sócio-demográficos

Segundo dados do IBGE e SEI, relacionados ao Último Censo Demográfico (2000), sua população é de 61.746 habitantes, sendo que 23.320 vivem na zona urbana e 38.426 na zona rural, o que caracteriza um município rural, baseada em atividades econômicas agropecuárias, tendo sua população estimada em 01/07/2006, em 61.064, havendo uma pequena redução.

Tabela 02 – Taxa média geométrica de crescimento anual das populações total, urbana e rural de Ipirá, 1991-2000

Município	Taxa de crescimento 1991/2000 (% a.a)		
	Urbana	Rural	Total
Ipirá	2,86	-1,64	-0,17

Fonte: SEI, 1991/2000.

Adaptada por: Roseane Carneiro, 2007.

processo de migração campo/cidade, aumentando conseqüentemente o grau de urbanização, devido ao surgimento de iniciativas locais, que vem gerando oportunidades de melhores condições de vida e empregabilidade, apesar de haver um decréscimo da população no total entre 1991 e 2000.

O grau de urbanização do município é ainda mais baixo se compararmos a cidade vizinha, Itaberaba, cuja população é menor que Ipirá. Conforme dados da SEI e explicitada na Tabela 01, no censo de 2000, o contingente populacional de Ipirá é de 61.746, sendo que 23.320 residem na zona urbana e 38.426 na zona rural, tendo como grau de urbanização 37,8%. Já Itaberaba no censo de 2000, sua população é de 58.943, sendo que 44.517 residem na zona urbana e 14.426 na zona rural, tendo como grau de urbanização 75,5%, demonstrando mais uma vez a característica rural do município de Ipirá.

Tabela 01 – Crescimento da população urbana e rural de Ipirá, 1991-2000

ANO	População residente de Ipirá – Ba.		
	Urbana	Rural	Total
1991	18.088	44.584	62.672
2000	23.320	38.426	61.746

Fonte: SEI, 1991/2000.

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

Ao analisarmos os dados do Censo de 1991 com os dados do Censo de 2000 (Tabela 01 e 02), percebe-se um avanço, ainda que lento, no

avanço, ainda que lento, no

3.4 – Indicadores sócio-econômicos

A economia municipal está baseada na agricultura, no Artesanato de Couro e na pecuária (80%) e os outros (20%) ficam por conta do comércio atacadista e varejista e demais serviços de um modo geral. Vale ressaltar que a pecuária ainda permanece como a principal atividade econômica, com predominância de criatórios de caprinos, ovinos, suínos e bovinos, sendo o que mais se destaca, conforme se verifica na Tabela 03.

Na pecuária destaca-se tanto o gado de corte quanto o gado leiteiro, situando-se entre os primeiros do Estado na criação de gado de pequeno porte (Tabela 03), e na pecuária de leite, está entre a cinco maiores bacias de leite do Estado. Segundo dados do IBGE sobre a

pecuária em 2005, o município produziu 29.110 mil litros de leite por dia, ou seja, 873.300 ao mês. Atualmente conforme dados obtidos em entrevistas com os três gerentes de laticínios do município, houve uma redução na produção de leite, devido aos períodos de estiagem que assolam o município, tendo como estimativa de pouco mais de 600 mil litros de leite por mês. O número de gado bovino também diminuiu comparado ao ano de 2005 (Tabela 03), pois segundo dados da ADAB⁵, atualmente o rebanho bovino do município é de 125.017.

Tabela 04 - PIB Per Capita de Ipirá-BA, 1999-2004

Ano	PIB Per Capita (R\$1,00)
1999	1.053,33
2000	1.328,78
2001	1.498,38
2002	2.013,82
2003	2.001,84
2004	2.527,06

Fonte: SEI, 1999/2004

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007

empresendimentos no ramo industrial, a partir da instalação da indústria e o surgimento de dezenas de micro-empresas de artefatos de couro, consideradas como propulsora de geração de emprego e renda para o município.

Tabela 03 – Números de rebanhos efetivos da Pecuária no município de Ipirá em 2005.

Rebanho efetivo	Número por cabeça
Bovinos	131.820
Ovinos	114.896
Caprinos	16.914
Suínos	13.214

Fonte: IBGE, O Brasil por município, 2005.

Adaptado por Roseane Carneiro, 2007.

Analisando o período compreendido entre 1999 a 2004, percebe-se que o PIB de Ipirá deu um salto significativo (Tabela 04). Esse aumento pode está articulado com surgimento de alguns

⁵ Dados obtidos através da última vacinação ocorrida em março do ano corrente

Ainda com análise sobre esses dados, percebe-se que o município vem crescendo economicamente em todos os setores, agropecuário, indústria e serviços. Nota-se que há um aumento substancial no setor industrial, devido à ampliação do número de fábricas de manufaturas de couro, que em 2004⁶ já somavam 143 empresas nesse ramo. Vejamos essa representação na Tabelas 05.

Tabela 05 - Valor Adicionado e PIB a Preços Correntes da Bahia, Ipirá, 1999 e 2004

ANO	SETORES			Dummy Financeiro (-)	Impostos sobre produtos	PIB (R\$ milhões)
	Agropecuária	Indústria	Serviços			
1999	12,47	10,47	42,29	0,99	0,84	65,08
2004	38,91	32,21	83,83	-2,28	2,16	154,84

Fonte: SEI, 1999/2004

Adaptada por: Roseane Carneiro, 2007

Entretanto, esse crescimento econômico não significou um desenvolvimento para o município, uma vez que os indicadores sociais nesse período não houve um avanço, e sim uma decadência. De acordo com os dados da SEI, no Censo de 1991 Ipirá ocupava o 167º na classificação geral do estado, enquanto que em 2000 está no 255º. E se compararmos o PIB e os indicadores sociais de duas cidades vizinhas, Pintadas e Itaberaba, a situação ainda é mais “escandalosa”.

Analisando as Tabelas 06, 07 e 08, compreende-se que apesar de ter havido um crescimento na renda do município de Ipirá, principalmente no setor industrial, não houve um desenvolvimento social em prol da melhoria da qualidade de vida da população em geral, pois os seus indicadores sociais, especialmente o fator educação, estão todos abaixo do geral da região. Diante disso, ratifica-se a idéia de que nem todo crescimento econômico quer dizer desenvolvimento, uma vez que os dois conceitos devem trilhar no mesmo sentido, e nunca dissociado de desenvolvimento social.

Tabela 06 – PIB Per capita de Ipirá/ Itaberaba e Pintadas – 1999/2004

MUNICÍPIO	PIB Per Capita (R\$1,00)	
	1999	2004
Ipirá	1.053,33	2.527,06
Itaberaba	1.534,43	2.316,16
Pintadas	998,98	1.939,43

Fonte: SEI, 1999/2004

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

⁶ Dado obtido no artigo de Cátia Araújo publicado no site do Sebrae

Tabela 07 – IDH_M⁷ de Ipirá/ Itaberaba e Pintadas - 1991/2000

MUNICÍPIO	1991		2000	
	IDH_M	Classificação no Estado	IDH_M	Classificação no Estado
Ipirá	0,523	167	0,609	255
Itaberaba	0,528	147	0,638	147
Pintadas	0,501	247	0,625	194

Fonte: SEI, 1991/2004

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

Tabela 08 – Índice de Desenvolvimento social, segundo seus componentes de Ipirá/ Itaberaba e Pintadas – 2000

MUNICÍPIO / REGIÃO ECONÔMICA	COMPONENTES			
	INS ⁸	INE ⁹	ISB ¹⁰	IRMCH ¹¹
Paraguaçu	5.010,03	5.039,07	5.025,63	5.010,03
Ipirá	5.017,53	4.963,18	4.975,63	4.999,44
Itaberaba	5.045,71	5.094,41	5.124,13	5.035,56
Pintadas	4.982,44	4.977,88	4.959,90	4.982,33

Fonte: SEI, 2000.

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

⁷ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

⁸ Índice do Nível da Saúde

⁹ Índice do Nível da Educação

¹⁰ Índice de Oferta de Serviços Básicos

¹¹ Índice de Renda Média dos Chefes de Família

4. A INDÚSTRIA DO COURO E SUA PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MUNICÍPIO DE IPIRÁ/BA

Este capítulo descreve e analisa a participação das micro e pequenas empresas de artefatos de couro como alternativa para o Desenvolvimento Local em Ipirá. Nesta pesquisa, levamos em consideração os conhecimentos teóricos, as entrevistas com os proprietários das mesmas, com as principais lideranças municipais, observações diretas e conversas informais, as quais foram instrumentos de coleta de dados para investigação *in loco*.

4.1 - Atividade industrial do Couro em Ipirá

O trabalho com o couro é uma tradição secular do município de Ipirá. O início dessa atividade econômica se deu no povoado do Malhador a dez quilômetros da sede do município, onde os primeiros homens começaram a fazer o corte e criar peças, como sandálias, para serem vendidas pelo Brasil, feitas de forma artesanal até a década de 80, do século passado.

Segundo Agildo Barreto (2003), esta atividade foi favorecida pela chegada de famílias artesãs do Acupe de Brotas para o Camisão.

A vinda de famílias artesãs para o Camisão tornou possível o incremento de um pequeno fabrico artesanal utilizando-se da disponibilidade de matéria-prima e do abastecimento do vasto e complicado mercado interno, que era o sertão. (BARRETO, 2003, p. 234)

Esta atividade ganhou nova configuração a partir de 1990, quando o couro produzido *in loco* começou a sofrer com a concorrência de produtos vindos de outras regiões. Desde então, alguns empresários começaram a investir em equipamentos para aumentar a produtividade, permitindo assim que os produtos ganhassem competitividade e a sobrevivência da indústria local, que passou a produzir produtos com maior qualidade, com mais ramificações, exportando para diversos estados do Brasil.

Conforme dados da pesquisa realizada em novembro de 2003 pelo SEBRAE e SENAGRO, existem no município de Ipirá 143 empresas atuando na produção de artefatos de couro, sendo 17 registradas, 110 atuando na informalidade e 16 optaram por não responderem, distribuídas em fabricação de carteiras, cintos, bolsas, sandálias, artigos de selaria, e outros.

Atualmente, não existem dados concretos quanto ao número de empresas atuantes. Estima-se que o número de empreendimentos voltados para a produção de componentes do couro vem aumentando, e principalmente em caráter informal, que fazem serviços de terceirização para empresas maiores. Este crescimento vem ocorrendo pela grande importância que esta economia exerce no município, devido a sua capacidade de geração de emprego e rentabilidade, além de ser uma alternativa de sobrevivência ao modelo econômico capitalista excludente.

4.2 Perfil das micro-empresas de artefatos de couro e sua participação no desenvolvimento local do município

Como já foi mencionado acima, o município de Ipirá é conhecido no cenário estadual, devido ao grande número de fábricas de artefatos de couro. Em pesquisa de campo realizado nos meses de junho e julho do corrente ano, foram entrevistados 18 proprietários de micro-empresas de derivados de couro, sendo 13 registradas e 05 informais, distribuídas pela sede do município, nos Povoados do Malhador e Rio do Peixe.

Como procedimento para coleta dos dados foi utilizado a entrevista semi-estruturada, abrangendo questões relevantes relacionadas ao seu perfil: ocupação anterior e renda mensal; e das micro-empresas, tais como: renda mensal, local de origem e tipo de matéria-prima utilizada, tipo de comercialização, produtos que são fabricados e o mercado consumidor, quantidade de funcionários e salário pago aos mesmos.

De acordo com os dados obtidos através da pesquisa *in loco*, e corroborando com a afirmação de que a atividade de manufaturas de couro é secular e de grande importância para o município, devido a grande capacidade de geração de emprego e

renda, dos micro-empresários entrevistados, 100% moram no município a mais de 10 anos, e 55,5% destes sempre trabalhou com o artesanato de couro em Ipirá.

Tabela 09 – Renda mensal dos proprietários das micro-empresas de artefatos de couro de Ipirá-BA

RENDA MENSAL	PERCENTUAL (%)
Até 01 salário mínimo	-
De 02 a 05 salários mínimos	66,6
Acima de 05 salários mínimos	33,4

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007

Além disso, 88,8% das pessoas entrevistadas não possuem outra fonte de renda, se não a produção de artefatos de couro, sendo que o valor mensal da renda destes ultrapassa o salário mínimo. Enquanto a renda mensal das empresas, a média diagnosticada é de até 05 salários mínimos, conforme Tabelas 09 e 10.

Porém, se confrontarmos os valores da renda mensal dos micro-empresários e das empresas com os salários pagos aos seus respectivos funcionários, nota-se que não há certa valorização da mão-de-obra, visto que, 72,2% ganham 01 salário mínimo e 27,8% não chegam nem a este valor. Porém, existem alguns micro-empresários que complementam o salário mínimo com algumas gratificações, e outros pagam acima de 01 salário mínimo, aos

Tabela 10 – Renda mensal das micro-empresas de artefatos de couro de Ipirá-BA

RENDA MENSAL	PERCENTUAL (%)
Até 01 salário mínimo	5,5
De 02 a 05 salários mínimos	38,9
De 06 a 10 salários mínimos	22,2
Acima de 10 salários mínimos	33,4

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

cargos mais elevados dentro da empresa. Salientando, que essa característica é da minoria, principalmente das empresas registradas e de maior porte.

Durante a realização da pesquisa de campo foi percebido que as empresas de maior porte terceirizam seus serviços, passando partes de sua produção para empresas menores e informais. Diante disso, observa-se que estas empresas utilizam esse artifício como forma de diminuir suas responsabilidades, tais como, vínculos empregatícios, despesas tributárias, em prol de uma maior lucratividade, pois, de acordo com os depoimentos de algumas pessoas, o valor que é pago por carteira fabricada aos informais é de apenas R\$ 0,50 centavos, sendo que o valor da mesma carteira no mercado varia de R\$ 8,00 a 20,00 reais, dependendo da marca e modelo.

A principal matéria-prima utilizada na maior parte das empresas é oriunda da cidade de Petrolina, estado de Pernambuco e São Paulo. Dos entrevistados, 66,6% usam o couro sintético e a raspa, na fabricação de seus produtos, por ser mais barato e de baixa qualidade. Enquanto que 33,4% utilizam o couro legítimo, fabricando produtos com mais qualidade, e conseqüentemente maior aceitação no mercado.

Os produtos que são produzidos no município são bolsas, cintos, pastas, e carteiras, sendo este o principal produto dessas empresas. O principal mercado consumidor é o estado de São Paulo, que absorve 55,55% da produção, porém, há também uma ramificação, ainda pequena, nos estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul, Pará, Espírito Santos, estados do Nordeste e cidades do sul da Bahia. O tipo de comercialização de venda predominante é o atacado, sendo 55,5%, enquanto que 5,5% é varejo e 39% pratica os dois tipos.

De acordo com os dados acima, verifica-se que os produtos produzidos pelas fábricas não são vendidos para o comércio local, e nem a matéria-prima utilizada, também não é aproveitada do município. Além do mais, em entrevista informais com os curtidores de couro do Povoado do Malhador, foi salientado que o couro que é curtido de forma artesanal nos curtumes desse Povoado é exportado para Juazeiro e Petrolina, e retornando ao município de forma industrializado, para serem utilizados na fabricação dos produtos. Fala do Senhor Normando Alves sobre o couro produzido em Ipirá:

Esse couro é utilizado para fazer carteira, mas não aqui, porque pra fazer a carteira tem que ter o tipo de couro industrializado, e aqui a gente trabalha manual, é mais artesanal, esse couro vai para Petrolina, Juazeiro pra ser industrializado e vem pra fazer as carteiras daqui, porque aqui não tem a máquina, o material para fazer. (entrevista com NORMANDO ALVES, curtidor de couro de Ipirá, 2007).

A partir daí, podemos diagnosticar problemas de caráter político e estrutural, que afeta diretamente no desenvolvimento do município, tendo em vista que, Ipirá é um dos maiores produtores de gado de corte do Estado, e a ausência de um curtume de caráter industrial fragiliza esse processo produtivo em Ipirá.

Foi questionado quanto à melhoria da qualidade de vida dos mesmos a partir da indústria do couro. Dos entrevistados o resultado foi satisfatório, 100% afirmaram positivamente, pois gerou renda e experiência profissional, e conseqüentemente

proporcionou melhores condições de vida para a família. Também, foi questionado em relação à melhoria da qualidade de vida do município, obtendo o mesmo resultado, ou seja, 100% responderam sim, pois todos os ipiraenses são beneficiados diretamente e indiretamente pelo processo produtivo do couro. Os principais fatores mencionados por eles foram:

- Geração de emprego;
- Geração de renda para o município, bem como para a população;
- Diminuição do índice da violência;
- Fortalecimento do comércio local;
- Capacitação e qualificação da mão-de-obra local;
- Aumento da auto-estima dos jovens;
- Melhoria da imagem do município.

Um dos pontos interessantes e que está intimamente ligado ao Desenvolvimento Local é o trabalho em cooperativismo e associativismo. Dos entrevistados, 88,8% não participam de cooperativa e/ou associação e 11,2 participam, entre elas a COOAMA (Cooperativa Artesanal do Malhador), que segundo conversas informais, encontra-se desativada.

Diante do exposto e das observações *in loco* entende-se que a presença dessas micro-empresas em Ipirá, exerce grande influência no desenvolvimento local do município em termos de empregabilidade e renda. Porém, a forma como está estruturada essa “pseudocadeia produtiva”, não proporciona uma equidade social, uma vez que os indicadores sociais do município não são satisfatórios. O que se pode notar é uma forte concentração de renda em detrimento dos menos favorecidos.

Além disso, existem fatores de ordem estrutural e político que fragiliza essa atividade econômica local. A falta de incentivos públicos concretos, que viabilizem um maior fortalecimento desse vetor na economia local e a internalização do cooperativismo e do associativismo, principalmente por parte dos pequenos produtores, como meio de organização que possibilite uma inclusão maior nesse processo produtivo, são empecilhos que dificultam a atuação das micro-empresas de artefatos de couro, como propulsores de desenvolvimento local de Ipirá.

4.3 – Inclusão Social

De acordo com Brose (2000), Inclusão Social seria uma política social cujo princípio orientador seria a procura pela equidade. Esta dimensão do Desenvolvimento Local, diz respeito ao oferecimento de serviços básicos, tais como, saúde educação, lazer, assistência social e infra-estrutura de forma satisfatória, para a população socialmente segregada, com poder aquisitivo abaixo da média, e cujo acesso é reduzido. O objetivo é melhorar as condições de vida dessa parcela da sociedade, para que possam ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho, proporcionando maior equidade social.

Assim, para a análise desse indicador foram entrevistadas 68 pessoas, ou seja, 5% do universo selecionado, nos Povoados do Rio do Peixe e Malhador, onde a atividade com o couro é mais presente. Optamos pelas variáveis: grau de escolaridade, renda familiar e qualidade dos serviços públicos oferecidos à comunidade local, tais como: educação, saúde, assistência social e de infra-estrutura.

Tabela 11 – Escolaridade dos moradores dos Povoados do Rio do Peixe e Malhador/ Ipirá-BA

ESCOLARIDADE	Nº DE PESSOAS
Não alfabetizado	17
Alfabetizado	10
Primário completo.	08
Primário incompleto	14
Ginásio completo	02
Ginásio incompleto	06
2º Grau completo	04
2º Grau incompleto	06
Superior completo	-
Superior incompleto	01

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

Analisando o fator educação, percebemos os números apresentados não são satisfatórias, tendo em vista que 55,86% das pessoas entrevistadas não concluíram o ensino fundamental, sendo que 25% desses não são

alfabetizados. Apenas 5,88% já concluíram o Ensino Médio, e 1,5% está cursando o Ensino Superior, conforme se verifica na Tabela 11.

Quanto à questão da renda familiar, diagnosticamos que a grande maioria dos entrevistados não possui subsídios para viver dignamente, uma vez que, 39,7 % destas pessoas, a renda familiar não chega a 01 salário mínimo, 44,13% ganham 01 salário mínimo, 13,23% recebem entre 02 a 05 salários mínimos e apenas 2,94% recebem acima de 05 salários mínimos.

Quando comparamos estes percentuais com os dos proprietários das micro-empresas de artefatos de couro, perceberemos uma grande disparidade entre os

mesmos, ficando notório e frisando mais uma vez que há uma concentração da renda, tendo em vista que, 63,23% das pessoas entrevistadas têm como principal fonte de renda a produção de artefatos de couro. Vejamos essa representação na Tabela 12.

Tabela 12 – Renda mensal dos proprietários das micro-empresas de artefatos de couro do município e dos moradores dos Povoados do Rio do Peixe e Malhador/ Ipirá-BA

RENDA MENSAL	PROPRIETÁRIOS (%)	POPULAÇÃO (%)
Menos de 01 salário mínimo	–	39,70%
01 salário mínimo	–	44,13%
De 02 a 05 salários mínimos	66,6	13,23%
Acima de 05 salários mínimos	33,4	2,94%

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

Em relação à qualidade dos serviços públicos prestados à comunidade local, optamos em qualificar esses serviços na escala de: Excelentes, Bons, Regulares e Péssimos. Foi perguntado para eles, como os próprios avaliam os serviços sociais (saúde, educação e assistência social), bem como os serviços de infra-estrutura que são oferecidos para a sociedade. As respostas foram as seguintes (Tabela 13):

Tabela 13 – Avaliação da qualidade dos serviços sociais oferecidos aos moradores dos Povoados do Rio do Peixe e Malhador/ Ipirá-BA

QUALIDADE	SERVIÇOS	
	SOCIAIS	INFRA-ESTRUTURA
Excelentes	2,94%	13,23%
Bons	41,17%	47,05%
Regulares	36,76%	26,47%
Péssimos	19,13%	13,25%

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

Na Tabela 13, as qualidades dos serviços públicos oferecidos à comunidade local variam de bons a regulares, na opinião da maioria. Os problemas mais citados por eles foram à falta de atendimento médico, por não possuir um PSF próprio, sendo que os atendimentos de maior urgência são realizados na sede do município, e o fornecimento de água ser escasso, pois, apesar de ter água encanada não “cai nas torneiras diariamente”, além do esgotamento sanitário ser inexpressivo.

Foi perguntado aos entrevistados quanto à melhoria da qualidade de vida dos mesmos a partir da indústria do couro, 73,52% afirmaram que sua vida melhorou bastante, devido à oportunidade de emprego. Também foi questionado, quanto à importância da indústria do couro para a melhoria da qualidade de vida do município,

100% responderam que sim, pois é a principal fonte de emprego de Ipirá. Vejamos essa representação nas Tabelas 14 abaixo:

Tabela 14 – Avaliação dos moradores dos povoados de Malhador e Rio do Peixe quanto à melhoria da qualidade de vida dos mesmos

Avaliação	Individual	Do município
Sim	73,52%	100%
Não	16,19%	-
Em partes	10,29%	-

Elaborada por: Roseane Carneiro, 2007.

Analisando as Tabela 12, 13 e 14, percebe-se que a indústria do couro representa para a população do município um pilar de mão-de-obra, talvez por ser a principal fonte de renda. Porém, os benefícios proporcionados por ela não vem gerando um desenvolvimento que propicie uma maior equidade social possível, ou pelo menos, uma qualidade de vida digna, onde os serviços básicos para a sobrevivência fossem de qualidade satisfatória e melhor acessibilidade.

4.4 – Utilização dos recursos naturais como fonte de renda e sua preservação

Nos últimos anos, as discussões sobre meio ambiente vem ganhando cada vez mais espaço em todos os âmbitos, devido à dinâmica do próprio sistema vigente, que utiliza os recursos naturais existentes no planeta, de maneira irracional, provocando um desequilíbrio ambiental, cujas conseqüências já estamos presenciando.

Portanto, a inserção dessa temática na pesquisa é de suma importância, tendo em vista que, a indústria do couro é uma das maiores propulsora de degradação ambiental. Além disso, para que haja Desenvolvimento Local, deve haver uma relação harmoniosa entre as dimensões econômica, social e ambiental, onde todos possam usufruir de uma melhor qualidade de vida.

Para analisar essa temática questionamos os representantes do poder público, sobre o seu papel desempenhado diante de tal situação, bem como, fizemos entrevistas informais com alguns trabalhadores dos curtumes no Povoado do Malhador, onde a concentração é maior, como forma de tentar elucidar algumas questões sobre a problemática ambiental, provocada pelo processo de curtimento do couro.

No município de Ipirá, são desenvolvidas apenas partes iniciais do processo de curtimento do couro, a qual, logo após o abate, o couro salgado ou em sangue é despelado e retirado à gordura, em seguida ganha coloração e maior consistência, para ser transformado em couro semi-acabado, com aspecto de "cru". Em Ipirá existem 03 curtumes de gado bovino ativos no Povoado do Malhador, alguns de caprinos e ovinos no Povoado Rio do Peixe, que praticam o processo de curtimento do couro de forma artesanal, e 01 de caráter industrial instalado a mais de 20 anos¹².

Conforme dados de algumas pessoas envolvidas no processo, os curtumes existentes nos Povoados, ressaltando o industrial, utilizam de técnicas mais naturais, que agredem menos o meio ambiente, tais como, o uso do angico para dá coloração vermelha ao couro, usando apenas o mínimo de soda cáustica, cal e sulfeto para facilitar a retirada do pêlo. Enquanto que no curtume industrializado, caracterizado como curtume de *Wet Blue*, utiliza-se o cromo como substância para dar coloração azulada.

Em campo foi observado que a fase inicial do processo de curtimento de couro nos Povoados do Malhador e Rio do Peixe é realizada próximo ao rio do Peixe (Figura 3), sendo que o processo da retirada do sal é feito diretamente no rio. Além disso, todos os dejetos provenientes do curtimento do couro são



Figura 3 – Trechos do Rio do Peixe, onde é lavado o couro
Foto: Roseane Carneiro, 2007.

jogados no rio, exceto o de couro azul, que tem seu próprio galpão mais distante, e um local para represar a água utilizada no processo.

¹² Ver figuras dos curtumes em anexos

Também foi visualizado em campo que a água utilizada pelo curtume de couro azul é jogada para a represa sem canalização alguma (Figura 4), diretamente no ambiente, dando uma coloração azul ao solo, devido ao cromo utilizado, além da mesma represa está situada próximo ao rio, possuindo um canal que em períodos chuvosos, a água escoava para o rio, conforme figura 5 e 6.

Como pode ser observado o processo de curtimento de couro no município é uma atividade extremamente degradadora da natureza, sendo que é uma tradição secular e

nunca houve em momento alguma preocupação nem por parte da população e nem das autoridades públicas quanto à preservação, especialmente do Rio do Peixe, que nos trechos utilizados para a lavagem do couro, não possuem mata ciliar e muito menos espécie de peixe, devido aos produtos químicos jogados no rio.

Conforme os gerentes dos curtumes, nunca houve fiscalização no local, nem municipal e estadual. Em entrevista com o Secretário da Agricultura Darlan Gomes e o Prefeito Municipal Diomário Sá, os mesmos também afirmaram que não existe no município um órgão fiscalizador para a questão ambiental. Segundo o prefeito, já



Figura 4 – Dejetos do curtume de Couro azul no meio ambiente
Foto: Roseane Carneiro, 2007.



Figura 5 – Represa de água do curtimento do couro azul
Foto: Roseane Carneiro, 2007.

está cogitando a idéia de um projeto de Lei de criação de um Conselho Municipal de Meio Ambiente, para melhorar essa problemática em Ipirá.

Diante dos fatos, podemos perceber vários problemas ambientais que a indústria de couro no município de Ipirá vem causando ao meio ambiente. A falta de conscientização da população local sobre a importância da preservação dos recursos naturais, bem como o desleixo pelo



Figura 6 - Canal que dá acesso ao Rio do Peixe
Foto: Roseane Carneiro, 2007.

poder público por não haver uma fiscalização quanto ao uso irracional desses recursos, e nem desenvolver projetos e ações que contribuam para o desenvolvimento dessa consciência, são obstáculos que interfere no desenvolvimento do município.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que desenvolvimento local constitui um meio de promover a equidade social através de iniciativas locais, com o objetivo de proporcionar o bem-estar e a qualidade de vida de uma determinada sociedade com o mínimo de dignidade. E acima de tudo, deve levar em consideração a construção de uma nova cidadania, com o fortalecimento da economia, a articulação da sociedade civil e a preocupação com a preservação do meio ambiente.

O desenvolvimento local tem se mostrado teoria essencial na análise do espaço, no sentido de se encontrar caminhos que levem efetivamente a conquista de uma melhor qualidade de vida, a partir da esfera local e por tanto, tendo como ponto de referência, a realidade sócio-espacial do cidadão, como fonte de análise e entendimento geográfico.

Nestes termos, ao analisar o papel das indústrias do couro no município de Ipirá, percebemos que realmente tem ocorrido um aumento na dinâmica econômica do município, especialmente quando se refere à geração de emprego e rentabilidade, havendo um melhoramento, ainda que pequeno, na situação de pobreza e exclusão social. Embora, não sendo suficientes para sustentar o efetivo conceito de Desenvolvimento Local, tendo em vista que não há uma relação harmoniosa entre o social, econômico e o ambiental.

Este fato é decorrente de diversos fatores que fragilizam o processo produtivo do couro em Ipirá. Podemos considerar que a ausência de incentivos públicos concretos que viabilizem um maior fortalecimento econômico local, a articulação da sociedade civil e a não interação entre o poder público e os produtores desse processo, decorrente talvez por questões políticas, são obstáculos que dificultam a indústria do couro de promover o desenvolvimento Local, no seu sentido mais amplo.

Assim como, a falta de ações conjuntas de todos os agentes envolvidos nesse processo, através do trabalho em cooperativas e associações, devido a pouca conscientização da sociedade, uma vez que, não há um trabalho em comum, mas um individualismo e uma busca por maior lucratividade sem considerar a melhoria da

qualidade de vida da população em geral, vêm gerando cada vez mais a concentração da renda pela minoria.

Portanto, ao longo dessas discussões ficou notório que há um desenvolvimento Local proporcionado pela industrialização do couro no sentido de geração de renda e emprego para o município, devido ao grande número de fábricas existentes. Essas micro-empresas vêm atuando em Ipirá como um suporte de melhoria de vida para os menos favorecidos pelo sistema vigente, embora ainda fragilizada, por ser um meio de sobrevivência e importante atividade econômica do município.

Por isso, para que haja um melhor Desenvolvimento Local, com articulação entre o social, econômico e o ambiental é necessário superar barreiras que permeiam nesse processo. Uma maior participação do poder público proporcionando subsídios que fortaleçam esse vetor e a valorização das potencialidades locais, incentivo ao associativismo e ao cooperativismo, visando como resultado o capital social, como forma de promover uma confiança recíproca entre os atores econômicos sociais e locais, bem como, ações conjuntas que desenvolvam a conscientização da preservação dos recursos naturais, são fatores que poderá proporcionar uma melhor equidade social no município de Ipirá.

Dessa forma, apesar desses grandes desafios a serem ultrapassados, observa-se que as indústrias de artefatos de couro de Ipirá, vêm beneficiando direta e indiretamente o município, devido ao seu potencial de absorver grande quantidade de mão-de-obra e gerar renda, e conseqüentemente oferecendo uma maior inclusão no mercado de trabalho, especialmente a população jovem, e o aumento da renda familiar.

As considerações aqui elaboradas, não se esgotam com este estudo, mas abrem espaço para novas análises, principalmente, a respeito da pouca ação do poder público nesse setor, que não utilizam esse potencial local como meio de diminuir as disparidades sociais existentes no município, melhorando a qualidade de vida dos ipiraenses.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, P. H. de. *Pequena Empresa e Desenvolvimento Local: os limites da abordagem competitiva*. In: FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da qualidade, 2002.
- ARAUJO, C. **Arranjo Produtivo Local Couro e Calçados - Ipirá/ BA**. Disponível em: www.comunidade.sebrae.com.br/COURO_CALCADOS/Artigos/1609, Acessado em: 12/mai./2007.
- BAQUERO, M. **Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil**. Revista de Sociologia e Política nº 21, novembro 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php>. Acessado em 16/fev./2007.
- BARRETO, A. S. **A Praça da Bandeira e outras bandeiras: romance histórico-literário – ocupação do semi-árido baiano**. 1 ed. Ipirá, BA: Editora Gráfica Radami, 2003.
- BROSE, M. **Desenvolvimento Local: uma conceituação empírica**. Disponível em: <http://www.abdl.org.br/filemanager/fileview/270/> Acessado em 30/jul./2006.
- _____. **Redes: breve introdução à arte de tecer Capital Social**. Disponível em: <http://www.risolidaria.org.br> Acessado em 29/jul./2006
- BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/IICA. Brasília, junho de 1999. Disponível em <http://www.cati.sp.gov.br/novacati/>. Acessado em 26/fev./2007.
- FERNANDES, C. M. **Complexo Coureiro-Calçadista: Uma indústria promissora**, disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_57/pag_103.pdf. Acesso em 14/abr./2007.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 27 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1998.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acessado em: 17/ago./2007.
- KONZEN, C. C. **Panorama da Cadeia Produtiva do Couro bovino no Brasil e em Santa Catarina**, disponível em http://www.cse.ufsc.br/gecon/coord_mono/2005.2/Cleide%20Cristine%20Konzen.pdf Acesso em 14/abr./2007.
- HOCK, D. **Nascimento na era caórdica**. São Paulo: Cultrix, 2001
- LASTRES, H. M. M., CASSIOLATO, J. E, e MACIEL, M. L. (Orgs.). **A vez da pequena empresa**. In: DUMARÁ, Relume. **Pequena Empresa: cooperação e desenvolvimento local**. Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/Livros>. Acessado em 16/fev./2007.
- MARTINHO, C. **Algumas palavras sobre rede**. Disponível em: http://www.rits.org.br/redes_teste/. Acessado em: 26/fev./2007.
- MENDONÇA, S. R. de. **A industrialização brasileira**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

MILANI, C. **Teoria do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Disponível em www.adm.ufba.br/capital social. Projeto de pesquisa (2002-2005) Acessado em 30/jul./2006.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia: A experiência da Itália Moderna**. In: CAMPOS, Rosana Soares. **Participação: um ponto de equilíbrio na balança social brasileira**. Disponível em: <http://www.cebela.org.br/imagens/Materia> Acessado em: 16/fev./2007.

RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social**. Revista Espaço Acadêmico, Ano II, nº 21, fevereiro de 2003. Disponível em www.espaçoacadêmico.com.br. Acessado em 16/fev./2007.

Revista Conexão, **Produtores de Ipirá modernizam as peças**. Publicação do Sebrae/Ba para o Empreendedor Baiano nº. 156, nov./dez./2006.

RUPPENTHAL, J. E. **Perspectivas do Setor Couro do Estado do Rio Grande do Sul**, disponível em <http://teses.eps.ufsc.br/defesa>. Acessado em 14/abr./2006.

SANTOS, D. C. **A saga do Camisão rumo a Ipirá: História, Literatura e Dados**. 1ª ed. Ipirá, BA: Editora Gráfica Radami, 2003.

SANTOS FILHO, A. M. **Desenvolvimento Local induzido: Análise do desempenho do Programa Faz Cidadão nos municípios baianos de Saúde e Umburanas**. (1999 – 2004) 171 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

SILVEIRA, C. M. **Desenvolvimento local: concepções, estratégias e elementos para avaliação de processos**. In: FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da qualidade, 2002.

BAHIA, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **PIB (Produto Interno Bruto) municipal**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/pib/index_pib_municipal.php. Acessado em: 17/ago./2007.

_____. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH_M), segundo os Municípios – Bahia, 1991-2000**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/municipio/censo2000_result_amostra/censo2000_result_amostra_tab.php. Acessado em: 17/ago./2007.

_____. **Índice de Desenvolvimento Social por seus componentes, segundo os Municípios – Bahia, 2000**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/municipio/censo2000_result_amostra/censo2000_result_amostra_tab.php. Acessado em: 17/ago./2007.

_____. **Estatísticas dos Municípios Baianos: Aspectos Sócio-Demográficos**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/bahia_sintese/censo_2000/censo2000_resultuni_tab.php#1. Acessado em 17/ago./2007.

Senagro Consultoria, Perfil do Setor de Couro de Ipirá. Elaborado por Senagro Consultoria e SEBRAE, out./nov./2003.

APÊNDICES

Figura 07 – Curtume de caprino e ovino no Povoado Rio do Peixe/Ipirá-BA
Foto: Roseane Carneiro, 2007.



Figura 08 – Curtume de gado bovino no Povaado Malhador/Ipirá-BA
Foto: Roseane Carneiro, 2007.



Figura 09 – Curtume de Couro azul no Povoado do Malhador /Ipirá-BA.
Foto: Roseane Carneiro, 2007.